

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **ABR/MAIO/JUN**

ISSN 2595-2234

BOLETIM DE
CONJUNTURA

ECO NÔ MI CA MARANHENSE



SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luis Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS
Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS
Talita de Sousa Nascimento Carvalho

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS
Anderson Nunes Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS
Geilson Bruno Pestana Moraes

Organização

Dionatan Silva Carvalho
Geilson Bruno Pestana Moraes
Hiroshi Matsumoto

ELABORAÇÃO

Matheus Pereira Farias
Mírian Carvalho da Costa
Neuzilene Lima Costa
Pedro Augusto da Silva Tavares
Raphael Bruno Bezerra Silva

Anderson Nunes Silva
Carlos Eduardo Nascimento Campos
Dionatan Silva Carvalho
Geilson Bruno Pestana Moraes

REVISÃO DE LINGUAGEM

Rodrigo Oliveira

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos -IMESC

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 8, n. 2, abr./ jun. São Luís: IMESC, 2020.

Trimestral

ISSN 2595 2234

51 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Título

CDU 33 (812.1)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1 ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL	9
2 ABRANGÊNCIA NACIONAL	11
2.1 Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades	11
2.1.1 Câmbio, inflação e juros.....	11
2.1.2 Produto Interno Bruto - PIB.....	12
2.1.3 Agricultura.....	16
2.1.4 Serviços.....	16
2.1.5 Comércio.....	17
2.1.6 Indústria.....	19
2.1.7 Financiamento Imobiliário.....	21
2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior	22
2.2.1 Balanço de Pagamentos.....	22
2.2.2 Balança Comercial.....	23
2.3 Finanças Públicas	24
2.4 Mercado de Trabalho	27
3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL	29
3.1 Indicadores e Nível de Atividades	29
3.1.1 Inflação.....	29
3.1.2 Produto Interno Bruto.....	30
3.1.3 Agropecuária.....	33
3.1.4 Indústria.....	34
3.1.5 Serviços.....	36
3.1.6 Comércio Varejista.....	36
3.2 Comércio Exterior	38
3.2.1 <i>Commodities</i>	38
3.2.2 Balança Comercial.....	40
3.3 Investimentos	42
3.4 Finanças Públicas	44
3.5 Mercado de Trabalho	47
3.5.1 Ocupação.....	47
3.5.2 Emprego formal.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice da taxa de câmbio real (IPCA), Dólar americano, de 2000 a 2010, 1994=100 .	11
Gráfico 2 - Brasil: Acumulado 12 meses do IPCA (%) - Índice Geral; Variação mensal e Impacto dos combustíveis; jan/20 a jun/20	12
Gráfico 3 - Evolução Mensal da Atividade Econômica no Brasil: Prévia do PIB, Produção Industrial, Safra Agrícola (mm12), Volume de Vendas e de Serviços, série com ajuste sazonal, (média 2014=100)	14
Gráfico 4 - Brasil: Taxa real de variação interanual do PIB nacional de 2015 a 2024* (%)	15
Gráfico 5 - Brasil: Estimativa da produção de grãos* acompanhada pelo LSPA 2019 e junho/2020 – em mil toneladas	16
Gráfico 6 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação, variação mensal, maio-abril (%).....	20
Gráfico 7 - Crédito Imobiliário: Recursos oriundos do SBPE e FGTS, 2019 e 2020, valores (em R\$ bilhões) constantes de maio de 2020.....	21
Gráfico 8 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento Real do PIB - 2010 a 2022 (%).....	30
Gráfico 9 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2020.....	32
Gráfico 10 - Principais causas e impactos listados pela Indústria Maranhense da crise causada pela pandemia do novo coronavírus.....	35
Gráfico 11 - Maranhão: Número de licenciamentos de veículos novos em junho de 2020	38
Gráfico 12 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de janeiro de 2018 até junho de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	39
Gráfico 13 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 até junho de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais.....	40
Gráfico 14 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até junho de 2020 (%).....	43
Gráfico 15 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020**, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020)	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atualização do Panorama Econômico Mundial, com base no WEO de abril e junho de 2020.....	9
Tabela 2 - Brasil: Previsões para a variação % - Mediana Trimestral - Período do 2º Trimestre de 2020, do PIB e do Valor Adicionado da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria (base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.	13
Tabela 3 - Brasil: Variação (%) dos Indicadores do Volume de Serviços, segundo as atividades de divulgação em maio de 2020 (Base Fixa 2014 = 100).....	17
Tabela 4 - Brasil: Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista, segundo as atividades do setor, com referência de maio de 2020 (Base fixa 2014 = 100).....	18
Tabela 5 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso - resultados mensais do trimestre encerrado em maio de 2020, em 12 meses e comparação interanual mensal, acumulado do ano.....	19
Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões).....	22
Tabela 7 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%).....	23
Tabela 8 - Brasil: Receita Total desagregada em maio de 2019 e de 2020, e no acumulado de janeiro a maio de 2019 e de 2020, em R\$ milhões, constantes de maio de 2019 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%).....	24
Tabela 9 - Brasil: Despesa Total desagregada em maio de 2019 e 2020, acumulado de janeiro a maio de 2019 e 2020, em R\$ milhões, constantes de maio de 2020, corrigidos pelo IPCA e taxa de crescimento real (%).....	25
Tabela 10 - Brasil: Indicadores de mercado de trabalho - em milhões de pessoas acima de 14 anos.....	27
Tabela 11 - Maranhão: Variação mensal do IPCA (%): Índice Geral e Grupos.....	29
Tabela 12 - Estimativa da produção, área plantada e colhida e rendimento médio das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão - 2019 e junho/20 (mil toneladas)	33
Tabela 13 - Maranhão: Saldo de emprego por grande grupamento de atividade econômica - dados com ajustes declarados até junho de 2020.....	35
Tabela 14 - Maranhão: Variação (%) do Indicador do Volume de Serviços com ajuste sazonal, em maio de 2020. Base Fixa 2014 = 100.....	36
Tabela 15 - Brasil e Maranhão: Indicadores (%) do volume de vendas do varejo restrito e ampliado, em maio de 2020 (Base Fixa 2014 = 100)	37
Tabela 16 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em (%).....	40
Tabela 17 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%)	41
Tabela 18 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)	42
Tabela 19 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020*	44
Tabela 20 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020*, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), crescimento (%) e variação absoluta.....	44
Tabela 21 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica, em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta	45
Tabela 22 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em junho de 2019 e 2020, no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta.....	46
Tabela 23 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020).....	47
Tabela 24 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas, saldo mensal e acumulado* de 2020	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Despesa com juros do setor público consolidado comparada com a projeção pré-Covid-19 (em % do PIB)	26
Figura 2 - Quantidade de beneficiários do auxílio emergencial no Maranhão de abril a junho de 2020.....	49
Figura 3 - Mapa dos Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município no acumulado de janeiro a junho de 2020.....	51

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem como objetivo analisar a dinâmica da conjuntura econômica maranhense, bem como as perspectivas de curto e médio prazos. O Boletim alcança os mais diversos segmentos, tais como: setor público, empresários, trabalhadores, acadêmicos, professores, pesquisadores e sociedade civil organizada ou não. Publicado desde o ano de 2008, o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense é um dos principais produtos do IMESC e possui o desafio de retratar a economia maranhense de forma holística, por meio de informações oficiais.

A análise estrutura-se em três grandes tópicos, considerando que os das economias internacional e nacional contemplam, sobretudo, os aspectos que subsidiam a análise da economia estadual. Na economia internacional, analisa-se o crescimento do PIB das principais economias e de alguns parceiros comerciais do Brasil. Na economia nacional, são analisados indicadores macroeconômicos e do nível de atividades (câmbio, inflação, juros, Produto Interno Bruto - PIB, agropecuária, indústria, serviços e comércio varejista); comércio exterior (balanço de pagamentos, *commodities* e balança comercial); mercado de trabalho (formal e ocupação); e finanças públicas. Na economia maranhense, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis para o âmbito estadual, tanto em bases secundárias (jornais, revistas, notícias, dentre outros), como informações provenientes de registros administrativos de ministérios, secretarias de estado, órgãos estaduais, conselhos de classe e empresas), nos seguintes temas: inflação, PIB, produção agrícola, indústria, serviços, comércio, inadimplência, investimentos, comércio exterior (balança comercial), mercado de trabalho estadual (formal e ocupação) e finanças públicas (receitas e despesas).

Boa Leitura!

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em virtude da pandemia da Covid-19, a última projeção do *World Economic Outlook - WEO* intensifica a previsão de retração anual da economia mundial, de -1,9% em abril para -4,9% em junho de 2020. Pela primeira vez desde a Grande Depressão ocorrida em 1929, estima-se que economias avançadas, mercados emergentes e economias em desenvolvimento estejam em recessão ao mesmo tempo.

A paralisação global das atividades econômicas consideradas não essenciais e afetaram fortemente os preços das *commodities* minerais. O petróleo bruto foi a *commodity* mineral que apresentou a maior variação negativa (-36,80%) na média do semestre de 2020 na comparação interanual. Por outro lado, houve continuidade da tendência ascendente de *commodities* da Agropecuária. A cotação da carne bovina no mercado internacional, na média do primeiro semestre 2020, foi 7,16% maior que em 2019.

A economia brasileira, assim como a mundial, passa por uma crise atípica que, devido à necessidade de imposição do isolamento social, ocasionou choque de oferta e de demanda simultâneos, acarretando a maior queda já observada na atividade econômica desde 2003, segundo o índice IBC-Br do Banco Central do Brasil, considerado como a prévia do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação à previsão anual do PIB, segundo o relatório de julho/2020 da Secretaria de Política Econômica (SPE), o Governo Federal estima uma retração de 4,7% no PIB do país em 2020, em termos reais, e crescimento de 3,2% em 2021. A previsão do mercado, medida pelo Focus/BCB em 21/08/2020, é de -5,46% para 2020. Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) – previsão de junho/20 – estima um decréscimo mais acentuado (-9,1%) para 2020.

Considerando os indicadores monitorados no nível de atividades do país, depreende-se, da evolução mensal recente até maio de 2020, que apenas a Agricultura sustentou o crescimento em relação ao mês do pré-crise da Covid-19 (fevereiro/2020) e os Serviços encontram-se em um nível mais distante desse patamar do que a Indústria. No que se refere ao saldo de empregos, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME), o emprego celetista, no Brasil, no acumulado do ano de 2020, registrou fechamento de 1,1 milhão de vagas.

De modo geral, em períodos de crise, verifica-se nos Estados nacionais a condução de medidas de estímulo à retomada da Economia (medidas keynesianas). Em relação ao Brasil, tendo o PIB como parâmetro, as medidas de combate à Covid-19 representam um impacto primário equivalente a 4,81%, enquanto que, nos países emergentes essa média é de 2,3%. No acumulado de janeiro a maio, a despesa total já atingiu R\$ 681,9 bilhões, crescimento de 20,8%, influenciadas pela realização de medidas para conter a crise sanitária e econômica. Por outro lado, as receitas totais encolheram 14,2% devido à perda de dinamismo da atividade econômica brasileira. Em contrapartida, a vigência do patamar mínimo histórico da taxa de juros (2% a.a.) permite que, mesmo com o forte aumento recente da dívida pública, sejam previstos gastos menores com juros de 2020 até 2024, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Em relação ao Maranhão, a pandemia do novo coronavírus afetou fortemente o nível de atividade econômica. A estimativa do PIB estadual para 2020 foi reavaliada para um recuo de 8%, segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Esse percentual reflete a situação pela qual passa o mundo, pois, com a crise sanitária, várias atividades econômicas foram prejudicadas, mais notadamente aquelas pertencentes ao setor terciário, que responde pela maior parcela da economia do Maranhão.

Vale mencionar que, antes mesmo do surgimento do primeiro caso confirmado de Covid-19 no Maranhão, o Governo do Estado aplicou medidas de amparo à população, por meio da publicação de decretos embasados em conhecimentos técnicos, e editados conforme a necessidade.

Considerando o Valor Adicionado (VA) dos três setores de atividade econômica no PIB, o crescimento da Agropecuária foi reavaliado para 6,5% devido ao crescimento na estimativa da produção de grãos para 2020. Com relação ao setor secundário maranhense, o segundo mais afetado pela pandemia, a estimativa de queda gira em torno de 4,7%.

Na avaliação do IMESC, sobre o VA do setor de Serviços, foi estimada queda de 10,6% neste ano. Como reflexo da pandemia, o referido setor, que responde por mais de 70%, teve aproximadamente 21 atividades econômicas afetadas, o que responde por cerca de 52% do Valor Adicionado Total do estado.

Há perspectiva de que o quadro exposto seja atenuado devido a políticas estaduais e federais de estímulo ao consumo, em especial, o auxílio emergencial, que ajudou a estimular a economia, ao integrar um benefício financeiro à receita de famílias de classes de renda mais baixas da população. Os pagamentos do referido programa, que vigoram por cinco parcelas – com o valor individual de R\$ 600 por parcela – totalizaram R\$ 5,7 bilhões até junho, alcançando mais de 2,7 milhões de pessoas no Maranhão, segundo dados do Portal da Transparência.

Com relação às receitas públicas, as transferências constitucionais para o estado foram comprometidas em 4% no primeiro semestre de 2020. Por sua vez, registrou-se perda de R\$ 135 milhões na arrecadação de tributos de janeiro até junho de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. O ICMS lidera a perda de receita, com recuo de 6,2% no ano (-R\$ 202 milhões).

O resultado do ICMS também reflete os efeitos da pandemia sobre a economia, uma vez que a paralisação das atividades restringe o consumo, e deslocamentos de pessoas, mercadorias e serviços, portanto, uma menor importação de combustíveis (-3,5% em quantidade e -41,6% em valor no acumulado do ano), importante fato gerador de ICMS do estado. Ressalta-se que esse tributo corresponde a mais de 70% da arrecadação total do estado.

Vale ressaltar que o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) 938/2020 prevendo apoio financeiro aos estados e municípios por meio do repasse do montante correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados pelos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), de março a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. Entretanto, os estados já oficializaram pedido para o Congresso prorrogar as compensações previstas da referida MP, tendo em vista que os efeitos da pandemia não se restringem apenas ao período estipulado inicialmente.

No que se refere ao mercado de trabalho estadual, até o primeiro bimestre deste ano, o emprego formal no Maranhão vinha atingindo um desempenho melhor do que o observado no ano passado. Esse quadro alterou-se drasticamente com a crise sanitária iniciada em março deste ano, culminando em 2,2 mil demissões líquidas, no primeiro semestre de 2020. Por sua vez, no mês de junho, houve saldo positivo de 3.907 empregos com carteira assinada. Trata-se do quarto melhor saldo do Brasil e o maior resultado do Nordeste nesse período, apontando, portanto, uma tendência de retomada gradual do emprego no estado e, ao mesmo tempo, da atividade econômica.

1. ABRANGÊNCIA INTERNACIONAL

Projeção de junho do WEO intensifica a previsão de retração anual da economia mundial em 2020

Segundo o relatório WEO¹ do Fundo Monetário Internacional (FMI), datado de junho de 2020, a queda estimada do desempenho econômico da economia mundial em 2020 de -4,9%, causada pela grave crise de saúde internacional, marcou a pior variação do PIB mundial desde o início da referida série histórica em 1990.

Conforme o mesmo relatório, a taxa média anual das economias avançadas foi projetada para uma queda de 8% da economia mundial. Aos países emergentes é atribuída estimativa de taxa média anual de -3%, considerando que o Brasil tende a cair -9,1%, segundo o WEO². Para o FMI, a extensão da recente recuperação do sentimento do mercado financeiro parece desconectada das perspectivas econômicas apontadas por relatórios de desempenho financeiro das maiores empresas com ações em diversas bolsas de valores pelo mundo.

De maneira semelhante às projeções da WEO de abril de 2020, há um elevado grau de incerteza em relação à previsão de junho de 2020 quanto aos impactos da pandemia. Nas economias em que ocorre o declínio da pandemia, como a Alemanha e o Japão, a projeção registra para 2020 uma queda de -7,8% e -5,8%, respectivamente, e aponta um cenário de recuperação na projeção de 2021, com crescimentos de 5,4% e 2,4%, respectivamente.

Tabela 1 - Atualização do Panorama Econômico Mundial, com base no WEO de abril e junho de 2020

World Economic Outlook - WEO. Projections						
	2018	2019	Junho.2020		Abril.2020	
			2020	2021	2020	2021
World Output	3,6	2,9	-4,9	5,4	-1,9	-0,4
Advanced Economies	2,2	1,7	-8,0	4,8	-1,9	0,3
United States	2,9	2,3	-8,0	4,5	-2,1	-0,2
Euro Area	1,9	1,3	-10,2	6,0	-2,7	1,3
Germany	1,5	0,6	-7,8	5,4	-0,8	0,2
France	1,8	1,5	-12,5	7,3	-5,3	2,8
Italy	0,8	0,3	-12,8	6,3	-3,7	1,5
Japan	0,3	0,7	-5,8	2,4	-0,6	-0,6
Emerging Economies	4,5	3,7	-3,0	5,9	-2,0	-0,7
China	6,7	6,1	1,0	8,2	-0,2	-1,0
India	6,1	4,2	-4,5	6,0	-6,4	-1,4
Russia	2,5	1,3	-6,6	4,1	-1,1	0,6
Brazil	1,3	1,1	-9,1	3,6	-3,8	0,7

Fonte: WEO, Fundo Monetário Internacional (FMI)

Em relação ao Brasil, que é o 27º maior exportador mundial e representa hoje 1,2% de todo o volume comercializado mundialmente, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a redução do volume do comércio mundial prejudicou as exportações brasileiras, provocando uma queda de 7,1% das vendas para outros países no 1º semestre de 2020, quando comparado a igual período em 2019.

Os Estados Unidos, que têm projeção de queda de -8% para 2020, apresentaram queda de 9,5% no segundo trimestre desse ano, segundo o Departamento de Comércio do Governo Americano, em 30 de julho. Essa queda é puxada pela redução de 36% no consumo interno direcionado ao setor de serviços da economia. Apesar da queda em 2020, as projeções do WEO apontam para uma recuperação de 4,5% para 2021. O potencial de exportação das empresas americanas, que hoje possuem 8,7% de participação no comércio mundial, colabora para as projeções que apontam a recuperação americana em 2021.

¹ Estimativa de 24/06/2020.

² Estimativa de 24/06/2020.

Em relação à China, maior exportador mundial de mercadorias, com uma fatia de 13,2% do total global, a estimativa anual do PIB aponta um crescimento de 1% em 2020. Esse panorama na China é contrastante com o verificado em diversos países e se deve: i) ao impacto menor que o esperado na atividade econômica durante o bloqueio no primeiro e segundo trimestres de 2020; ii) e ao sucesso na produtividade das empresas sobreviventes, que intensificaram as práticas necessárias de segurança e higiene no local de trabalho. Esses fatores foram decisivos para a projeção de crescimento de 8,2% em 2021.

No dia 1º de julho desse ano, teve início a presidência da chanceler alemã no comando rotativo da União Europeia. Uma de suas atribuições será conseguir a ratificação dos 27 países do bloco europeu ao acordo de livre comércio com o Mercosul assinado em 2019. A chanceler alemã enfrenta resistência do presidente francês, que tem feito uma crítica direcionada às práticas ambientalistas brasileiras para impedir a ratificação do acordo. Observa-se que o empresariado francês do agronegócio tem dado suporte às críticas do presidente francês com receio da concorrência direta com o agronegócio brasileiro.

Em relação à Argentina, que é o quarto maior comprador de mercadorias do Brasil (3,63% da pauta exportadora), há estimativa de queda de 9,9% no PIB, segundo projeções do WEO para 2020. Para 2021, se projeta um crescimento de 3,9% do seu PIB, podendo contribuir para essa recuperação econômica o acordo para reestruturação de US\$ 65 bilhões da sua dívida externa junto a credores internacionais, assinado no dia 4 de agosto desse ano. Isso será importante para estimular o ingresso de investimento externo direto na sua economia, movimento que poderá impactar na melhora do mercado consumidor argentino, com possibilidade de aumento da importação de produtos brasileiros.

2. ABRANGÊNCIA NACIONAL

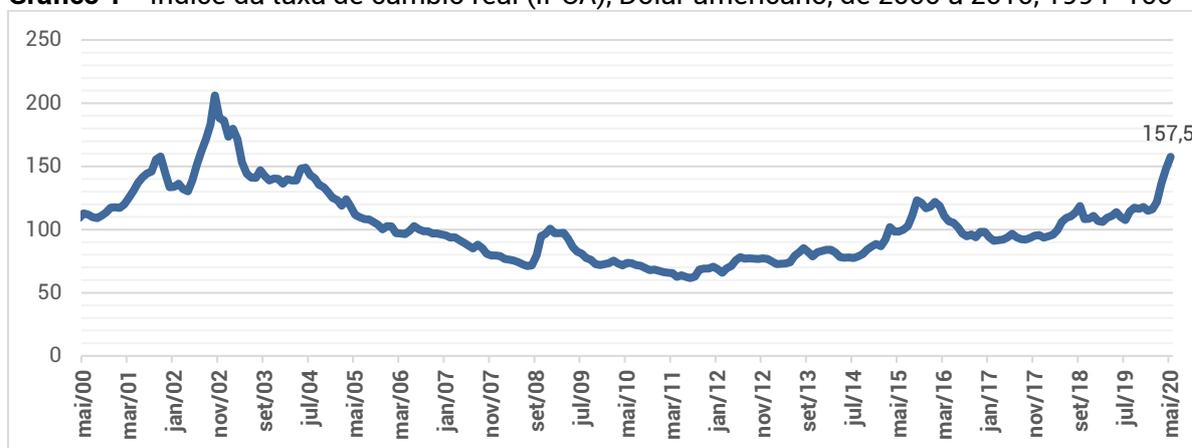
2.1 Indicadores Macroeconômicos e Nível de Atividades

2.1.1 Câmbio, inflação e juros

Diante de crises e incertezas, projeção para taxa de câmbio em 2020 é de R\$ 5,20, segundo o Focus/BCB

Diversos fatores vêm influenciando a desvalorização cambial responsável por patamar próximo a R\$5,90/US\$ em maio de 2020 - o mais alto em termos reais desde o início dos anos 2000. Entre estes, podemos citar fatores externos, como a taxas de juros nos EUA, aversão global ao risco, e fatores de influência doméstica, como a turbulência política e incertezas fiscais.

Gráfico 1 - Índice da taxa de câmbio real (IPCA), Dólar americano, de 2000 a 2010, 1994=100



Fonte: Banco Central do Brasil

No curto prazo, as expectativas remetem a um cenário sem mudança drástica, especialmente porque, na abrangência internacional, o impacto de boa parte da economia global derivado da Covid-19 deverá se traduzir em preços de *commodities* mais deprimidos, manutenção de alta aversão ao risco e pressão sobre moedas de países emergentes. A tensão política doméstica permanece alta e o impacto da pandemia sobre a economia brasileira deve dificultar a retomada, no curto prazo, das discussões sobre reformas para lidar com a deterioração fiscal que acontecerá este ano. Assim, as incertezas quanto à dinâmica da dívida pública permanecerão presentes. Segundo o relatório Focus, divulgado em 10/07/2020, a taxa de câmbio deverá registrar o patamar de R\$ 5,20 ao final de 2020.

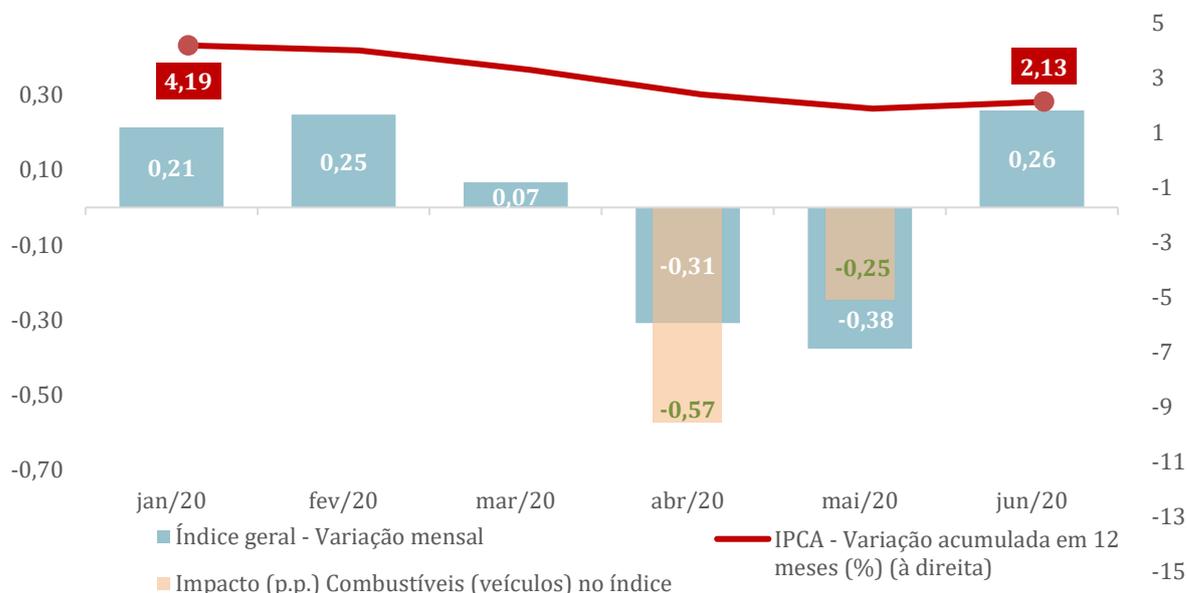
[Influenciada pela queda na demanda devido à pandemia da Covid-19, inflação apresenta comportamento ameno no segundo trimestre de 2020](#)

No segundo trimestre do ano de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aceleração apenas no mês de junho (0,26%), enquanto nos dois meses imediatamente anteriores a variação foi negativa (abril -0,31% e maio -0,38%).

Além da própria demanda mais reprimida no segundo trimestre do ano, em decorrência do período de restrições mais rígidas de isolamento social, a retração nos preços dos combustíveis colaborou para as variações negativas devido à pandemia, cujo impacto reducionista na cotação internacional dos combustíveis foi bastante intenso.

O IPCA para os 12 meses imediatamente anteriores acumula 2,13%, valor abaixo da meta do Banco Central para a inflação em 2020, que é de 4,0% (com 1,5% de tolerância). O boletim Focus/BCB³ apresenta uma expectativa de acumulado de 1,72% para o fim do ano.

Gráfico 2 - Brasil: Acumulado 12 meses do IPCA (%) - Índice Geral; Variação mensal e Impacto dos combustíveis; jan/20 a jun/20



Fonte: IPCA/IBGE (2020)

Destaca-se que o baixo nível da inflação reflete a retração no consumo de bens da cesta do consumidor. Com a necessidade de priorizar itens mais básicos, apenas o grupo de "Alimentos e Bebidas" apresentou variações positivas nos três meses do segundo trimestre, com destaque para o mês de abril, que apresentou a maior variação (1,79%) para este grupo no ano. O comportamento ameno da inflação no ano possibilita à autoridade monetária margem para uma política expansionista, com oportunidade para continuar com a redução da taxa referencial de juros da economia, que se encontra no patamar de 2% em agosto/2020.

Os juros futuros sinalizam perspectiva de redução para a taxa básica de juros no curto prazo

Os juros futuros apontam perspectiva de redução no curto prazo, com possibilidade de um corte até dezembro de 2020. Ancorada no comportamento mundial de redução da taxa de juros, como medida de estímulo à atividade econômica, além de baixa pressão inflacionária interna, o presidente do Banco Central avalia que os próximos ajustes serão residuais devido às inúmeras medidas de estímulo já tomadas⁴, tais como Liberação de adicional de compulsório, Empréstimo com lastro em debêntures e Criação de linha de crédito especial para PMEs.

2.1.2 Produto Interno Bruto - PIB

O Governo Federal estima uma retração de -4,7% no PIB em 2020 devido à pandemia da Covid-19, conforme relatório de agosto/2020

³ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20200717.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁴ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/20/internas_economia,873651/novo-ajuste-dos-juros-sera-residual-reforca-presidente-do-bc.shtml>. Acesso em: 21/07/2020.

Após recuo de 9,4% em abril no comparativo contra o mês anterior, com ajuste sazonal, o IBC-Br/Banco Central, considerado a prévia do PIB, registrou o pior resultado desde 2003. Em maio, o índice recuperou 1,3% na mesma base de comparação, performance considerada abaixo das expectativas do mercado (+4,4%)⁵, fato que pode estar associado à menor capacidade de resposta, sobretudo dos Serviços, conforme será evidenciado neste Boletim de Conjuntura.

Segundo o Focus/BCB, a estimativa para o resultado do PIB do país no 2º trimestre⁶ de 2020 é de uma queda de 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Vale destacar que o PIB registrado pelo IBGE no 1º trimestre foi -0,3%, considerando essa mesma base de comparação, lembrando que, no primeiro trimestre, apenas o resultado do mês de março foi afetado pela pandemia da Covid-19.

A estimativa para a variação interanual do PIB no 2º trimestre de 2020, segundo a ótica da oferta, encontra-se decomposta da seguinte maneira:

A Agropecuária (+2%) é o único setor que deve apresentar crescimento, dada a performance positiva da produção de Grãos e Cereais.⁷ A média 12 meses em junho de 2020 apresenta crescimento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a indústria brasileira, a mais afetada na variação interanual pela pandemia da Covid-19, a estimativa do Focus/BCB é de um recuo de 15% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo a PIM-PF, nos meses de abril e maio, registrou-se -27,3% e -21,9% no comparativo interanual.⁸

Para o setor de Serviços, a estimativa é de queda de 10% no 2º trimestre de 2020, dada a performance dos indicadores do volume de serviços e do volume de vendas do comércio varejista ampliado⁹.

Tabela 2 - Brasil: Previsões para a variação % - Mediana Trimestral - Período do 2º Trimestre de 2020, do PIB e do Valor Adicionado da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria (base = igual período do ano anterior), data de divulgação e diferença em p.p.

Ótica da Oferta	19/06/2020 (a)	17/07/2020 (b)	Diferença (b-a)
Agropecuária	2,5	2	-0,5
Indústria	-13,47	-15	-1,53
Serviços	-11	-10	1
PIB	-12,85	-11,5	1,35

Fonte: Focus/BCB de 17/07/20

Em relação ao mês de junho, acredita-se que possa ser o período em que acontecerá o recuo mais ameno dentre os meses que compõem o segundo trimestre. Destaca-se que, embora a maior parte dos indicadores não esteja consolidada, a expectativa é de recuperação gradual ao nível pré-crise. A Confiança dos empresários, segundo dados da FGV, apresenta resultados positivos, em junho de 2020, em relação ao mesmo mês do ano passado: Confiança da Construção Civil (8,5%), Confiança da Indústria (12,5%), Confiança dos Serviços (14,6%), Confiança do Comércio (15,2%).

⁵ Estimativa mediana de 20 analistas ouvidos pelo Valor Data, de alta de 4,4%, em julho/2020.

⁶ O resultado oficial será divulgado pelo IBGE apenas em setembro/2020. O IMESC realiza, desde 2020, um estudo analítico desse indicador e publica no site.

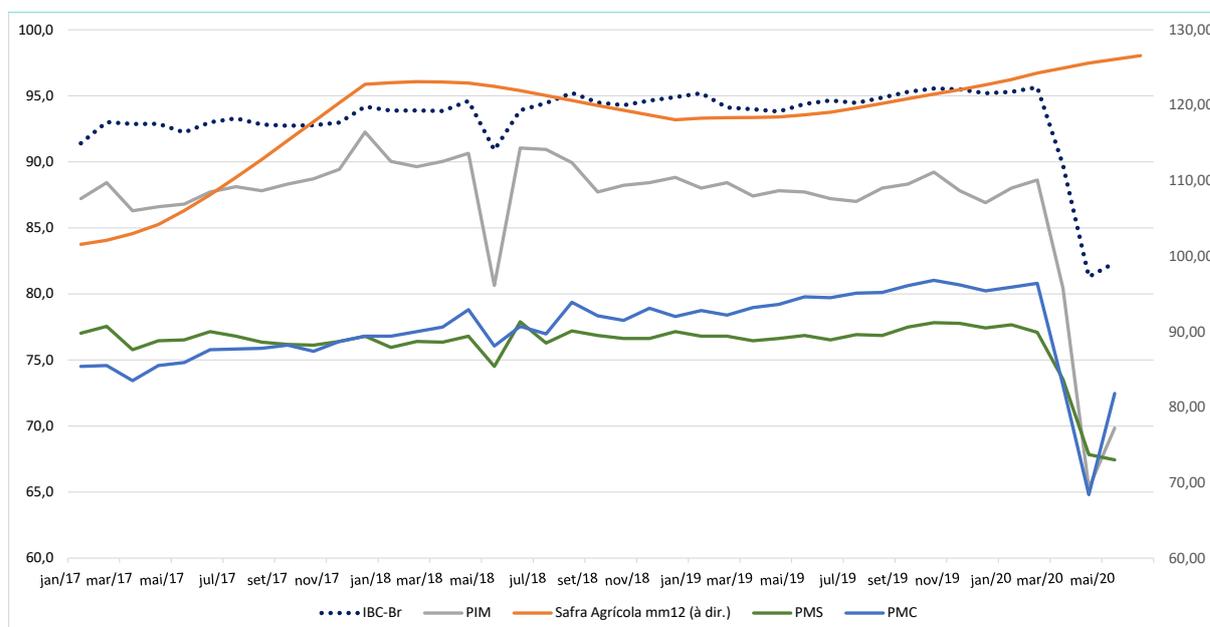
⁷ Para mais informações, acessar a seção de Agricultura nacional deste Boletim.

⁸ Para mais informações, acessar a seção de Indústria nacional deste Boletim.

⁹ Para mais informações, acessar as seções de Serviços e Comércio Varejista deste Boletim.

Considerando o Gráfico a seguir, dentre os setores de atividade, depreende-se que apenas a Agricultura sustentou crescimento e o de Serviços encontra-se no patamar mais distante do nível pré-crise da Covid-19 (fevereiro/2020).

Gráfico 3 - Evolução Mensal da Atividade Econômica no Brasil: Prévia do PIB, Produção Industrial, Safra Agrícola (mm12), Volume de Vendas e de Serviços, série com ajuste sazonal, (média 2014=100)



Fonte: BCB; IBGE
Elaboração: IMESC

O Indicador Antecedente Composto da Economia Brasileira (IACE), publicado em parceria entre a FGV IBRE e *The Conference Board* (TCB), subiu 7% em junho. Sete das oito séries componentes contribuíram positivamente para o resultado, com a maior contribuição vindo dos setores Indústria e Serviços.¹⁰ Por outro lado, registrou-se queda de 10,4% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para ilustrar de outra perspectiva, analisa-se o comportamento dos componentes da demanda do PIB, considerando o impacto da pandemia na economia brasileira no acumulado do ano.

Em relação ao Consumo das Famílias, destaca-se que o Volume de vendas do varejo ampliado registrou redução de 8,6% no acumulado de janeiro a maio. Na mesma referência, o volume de serviços registrou decréscimo de 7,6%.

Considerando o acumulado de janeiro a junho, o indicador de Confiança do Consumidor apresentou queda de 15,9%, o que sinaliza, juntamente às variações negativas no volume de vendas e de serviços, tendência de queda no Consumo Agregado das Famílias no primeiro semestre, mesmo com as medidas de estímulo ao consumo, a exemplo do auxílio emergencial.

Após passar pelo período da quarentena, marcada pelas regras mais rígidas de isolamento social, a confiança dos consumidores apresentou variação de 13,1% em junho de 2020, em relação ao mesmo período do ano anterior. A continuidade da melhora do indicador

¹⁰ O Indicador Antecedente Composto da Economia agrega oito componentes econômicos que medem a atividade econômica no Brasil. Cada um deles vem se mostrando individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas. A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados "ruídos", colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada. Fonte: FGV.

dependerá da velocidade de retomada do mercado de trabalho e da continuidade do auxílio financeiro às famílias mais afetadas pela Covid-19.

No que se refere à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), calculada pelo IPEA, registrou-se aumento de 28,2% na variação de maio em relação a abril de 2020, sinalizando recuperação dos investimentos em relação às quedas verificadas nos dois meses anteriores. Ainda assim, o trimestre móvel encerrado em maio fechou com uma retração de 20,6%.

Segundo a FGV¹¹, em maio de 2020, a taxa de investimento marcou 13,4%, na série a valores correntes, demonstrando uma melhora com relação à taxa de investimentos observada em abril (12%), a menor da série histórica iniciada em 2000. Apesar disso, a taxa de investimentos de maio ainda se encontra em nível bem inferior ao das médias mensais do período desde 2000¹² e desde 2015.¹³

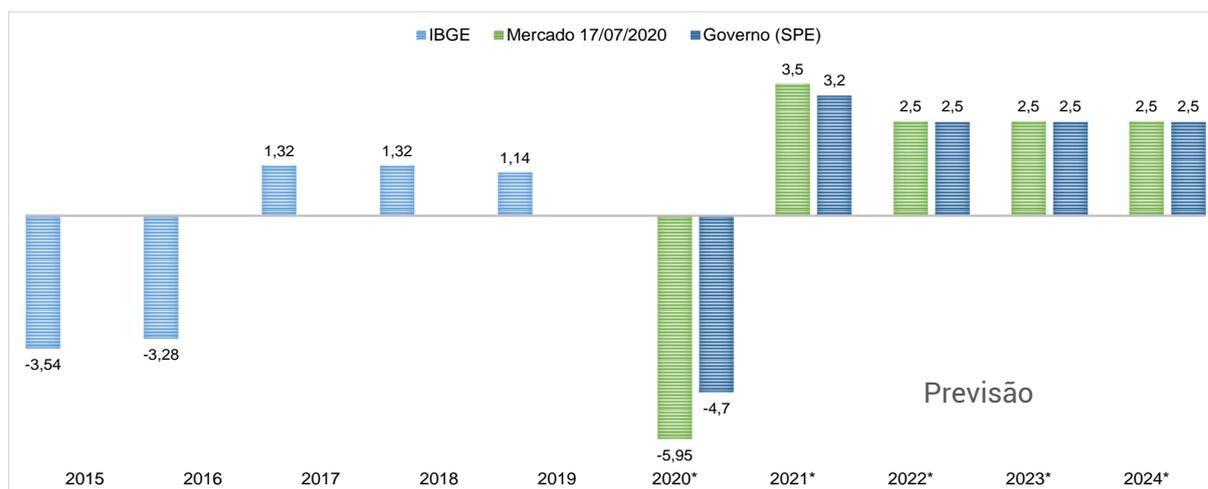
Em relação ao componente dos gastos do governo, discute-se aqui o comportamento da despesa primária¹⁴ como indicador proxy do aumento da oferta de serviços públicos. No acumulado de janeiro e maio de 2020, foi registrado um aumento real¹⁵ de 20,8% no indicador contra o mesmo período do ano anterior, de acordo com o BCB.

Considerando o comércio exterior, em linha com a redução do nível da atividade econômica mundial, a Balança Comercial Brasileira registrou saldo de US\$ 22,3 bilhões, no acumulado de janeiro a junho de 2019, valor 13,1% menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.¹⁶

Em relação à previsão anual do PIB do Brasil, conforme estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) de julho/2020¹⁷, o Governo Federal estima uma retração de -4,7% no PIB em 2020, em termos reais, e crescimento de 3,20% para 2021.

A previsão do mercado, medida pelo Focus/BCB em 17/07/2020, é de -5,95% para 2020 e +3,5% para 2021. Por sua vez, o FMI - previsão de junho/20 - estima um decréscimo de 9,1% em 2020.

Gráfico 4 - Brasil: Taxa real de variação interanual do PIB nacional de 2015 a 2024* (%)



Fonte: IBGE; SPE/Governo Federal; Focus/BCB *Previsão
Elaboração: IMESC

¹¹ Fonte: Monitor do PIB/FGV.

¹² Série que abrange janeiro de 2000 a maio de 2020.

¹³ Série que compreende janeiro de 2000 a maio de 2020.

¹⁴ São aqueles gastos necessários para promover os serviços públicos à sociedade, desconsiderando o pagamento de empréstimos e financiamentos. São exemplos as despesas com pessoal, encargos sociais, transferências para outros entes públicos e investimentos. (SEFAZ/RJ)

¹⁵ A preços de maio/2020, utilizando-se o IPCA.

¹⁶ Esse resultado é decorrente da queda de 7,1% nas exportações brasileiras e da variação negativa de 5,2% nas importações, considerando o comparativo entre o 1º semestre de 2020 e o mesmo período do ano anterior.

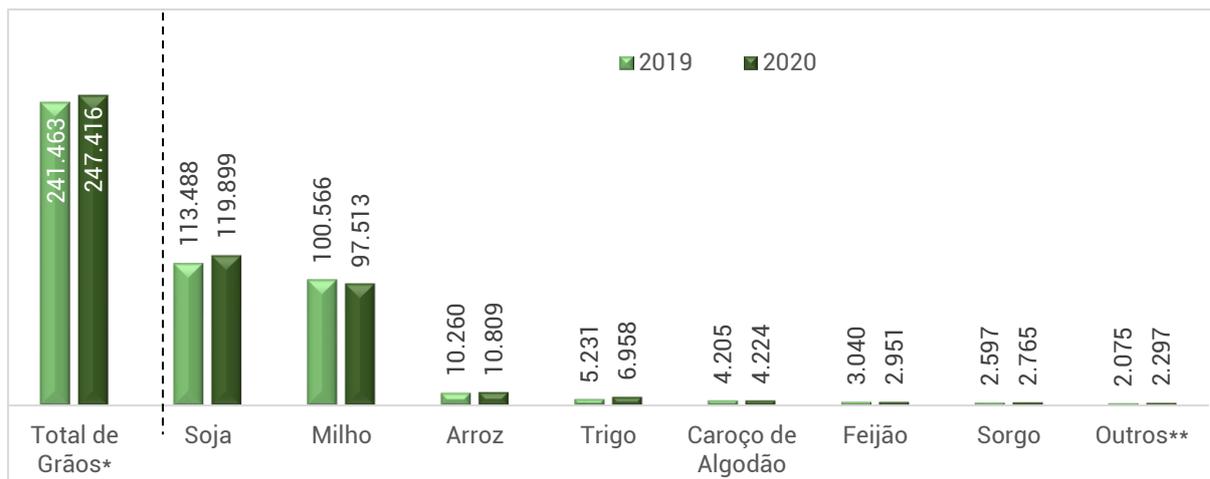
¹⁷ Panorama Macroeconômico (agosto/2020)/SPE.

2.1.3 Agricultura

Produção brasileira de grãos deverá ser de 247 milhões de toneladas em 2020

A produção estimada de grãos no Brasil em 2020 deverá ser de pouco mais de 247 milhões de toneladas (t), crescimento de 2,5% na comparação com a safra anterior. Esse resultado indica mais um ano de produção recorde de grãos, devido, em grande parte, à lavoura da soja.

Gráfico 5 - Brasil: Estimativa da produção de grãos* acompanhada pelo LSPA 2019 e junho/2020 – em mil toneladas



Fonte: LSPA/IBGE *Cereais, leguminosas e oleaginosas **Amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e triticales

Informações do Departamento de Meteorologia da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, sinalizam que há 97% de chance de haver o resfriamento das águas do Pacífico Sul devido à possibilidade de ocorrência do fenômeno *La Niña* no Pacífico Equatorial¹⁸.

Caso esse resfriamento se confirme, alguns efeitos podem ser sentidos na safra 2020/2021, que começa o plantio ainda no final desse ano. Os principais efeitos são: a) regime de chuvas favorável para o MATOPIBA na próxima safra; b) chuva retorna gradualmente ao Centro-Oeste, com risco de atraso em alguns pontos dessa região e em parte do Sudeste; c) diminuição do risco de chuvas durante a colheita da safra de grãos entre fevereiro e março do próximo ano no Centro-Oeste, Sudeste e norte da região Sul; e d) risco de estiagem em alguns pontos da região Sul, em especial no Rio Grande do Sul.

2.1.4 Serviços

O setor de serviços recuou 0,9% em maio de 2020

O setor de serviços caiu 0,9% na variação mensal do mês, puxado principalmente pela queda de Serviços de Informação e Comunicação, que caíram 2,5% e que possuem peso de 30,4% no cálculo da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS.

¹⁸Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/tempo/chance-de-la-nina-sobe-para-50-veja-o-que-isso-significa-para-o-agro/>> Acesso em: 05-agosto-2020.

Tabela 3 - Brasil: Variação (%) dos Indicadores do Volume de Serviços, segundo as atividades de divulgação em maio de 2020 (Base Fixa 2014 = 100)

Atividades	Mensal			Interanual			Acumul. do ano		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun	Jan-Abr	Jan-Mai	Jan-Jun
Volume de Serviços - Brasil	-11,9	-0,5	5	-17,3	-19,3	-12,1	-4,5	-7,6	-8,3
1. Serv. prestados às famílias	-45	13,8	14,2	-65,3	-61,6	-57,5	-23,6	-31	-35,2
1.1 Serv. de alojamento e alimentação	-46,9	14,9	17,3	-68,1	-63,8	-60,1	-24,5	-32,1	-36,6
1.2 Outros serviços prestados às famílias	-33,6	2,9	4,3	-50,6	-50,3	-42,4	-18,6	-25,1	-27,8
2. Serv. de informação e comunicação	-2,8	-2,9	3,3	-4,7	-8,9	-2,9	-0,8	-2,5	-2,6
2.1 Tecn. da informação e comunicação	-1	-2,5	3,1	-0,7	-4,9	0,7	0,5	-0,6	-0,4
2.1.1 Telecomunicações	0	-1	0,7	-3,9	-5,1	-4,2	-3,5	-3,8	-3,9
2.1.2 Serv. de tecnologia da informação	-2,3	-2,8	3,1	5,7	-4,7	9,6	8,5	5,7	6,4
2.2 Serv. audiovisuais	-22,7	-5	4,1	-32,6	-36,3	-29,5	-10,3	-15,9	-18,1
3. Serv. Prof., admin. e complementares	-10,2	-3,6	2,7	-17,5	-21,3	-15,5	-6,3	-9,5	-10,5
3.1 Serv. técnico-profissionais	-5,1	-5,9	0,5	-12,3	-15,8	-10,2	-4	-6,5	-7,1
3.2 Serv. Admin. e complementares	-10,6	-1,7	2,6	-19,4	-23,2	-17,3	-7,1	-10,5	-11,7
4. Transportes, auxil. aos transp. e correio	-18	4,6	6,9	-21,2	-20,5	-11,3	-4,6	-8	-8,5
4.1 Transporte terrestre	-20,5	6,8	3,6	-28,4	-24,1	-17,4	-9,6	-12,7	-13,4
4.2 Transporte aquaviário	-0,3	-1,7	-2,3	16,3	10,8	8,8	15,8	14,7	13,7
4.3 Transporte aéreo	-73,8	20,2	58,9	-77,1	-75,9	-59	-16,6	-30,4	-35,2
4.4 Armaz., auxiliares aos transp. e correio	-6	2,3	4,5	-4,4	-5,1	7,6	2,3	0,8	1,9
5. Outros serviços	-6,5	-4,2	6,4	0,8	-7,3	4,4	8,4	5,2	5,1

Fonte: PMS, IBGE

A atividade "Serviços profissionais, administrativos e complementares" caiu 3,6% em maio comparado a abril e também contribuiu para a queda do setor de Serviços. Por outro lado, ainda em relação à variação mensal, a atividade "Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio" apresentou alta de 4,6%, impactando positivamente nos segmentos de transporte terrestre (+6,6%) e transporte aéreo, que cresceram 9,2%. Ambas as categorias estão relacionadas à flexibilização das medidas de restrição social para enfrentamento da Covid-19 e também ao aumento de vendas ocorridas no varejo por meio da utilização do *e-commerce*, que registrou aumento de 29% das vendas *on-line* nesse mesmo período, segundo o MCCENET.

O mês de maio marcou o início da flexibilização das restrições impostas pela Covid-19 e o resultado do volume de serviços nesse mesmo mês está ancorado à essa conjuntura. Por outro lado, é esperada uma recuperação da variação mensal em junho no resultado do indicador.

O setor de Serviços tem apresentado melhora do otimismo empresarial em junho de 2020, com o indicador de confiança do setor de Serviços (ICS), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subindo 11,2% em sua variação mensal. Dessa forma, o ICS alcançou 71,7 pontos e vem apresentando recuperação em seus subcomponentes: Situação Atual e Expectativas, que subiram 7% e 15,1%, respectivamente.

2.1.5 Comércio

Após dois meses de forte queda, o comércio varejista restrito no país apresentou alta de 13,9% na variação mensal

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio, em maio de 2020, o volume de vendas do comércio varejista restrito no país apresentou alta de 13,9% na variação mensal, após dois meses de forte queda, em que o comércio foi impactado pela pandemia mundial da Covid-19.

O varejo ampliado também mostrou recuperação, com alta de 19,6% no mesmo comparativo. As atividades que apresentaram maior alta foram: Tecidos, Vestuário e Calçados (100,6%), Veículos e Motos (51,7%) e Móveis e Eletrodomésticos (47,5%).

Entretanto, no comparativo com o mesmo período do ano anterior, nota-se o varejo restrito caindo 7,2% e o varejo ampliado com queda de 14,9%. Nesse comparativo interanual, a atividade com o pior desempenho foi Tecidos, Vestuário e Calçados (-62,5%). Por outro lado, o recuo do volume de vendas nesse comparativo apresentou uma atenuação no ritmo de queda em todas as atividades comerciais.

Tabela 4 - Brasil: Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista, segundo as atividades do setor, com referência de maio de 2020 (Base fixa 2014 = 100)

ATIVIDADES (1)	Mensal			Interanual			Acumul. do ano			Acumul. de 12 meses		
	MAR	ABR	MAI	MAR	ABR	MAI	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAI	Até MAR	Até ABR	Até MAI
COMÉRCIO VAREJISTA (2)	-2,8	-16,3	13,9	-1,1	-17,1	-7,2	1,6	-3,1	-3,9	2,2	0,6	0
1 - Combustíveis e lubrificantes	-11,2	-15,2	5,9	-9,9	-25,3	-21,5	-3,4	-9	-11,6	-0,2	-2,1	-4
2 - Hiper, supermercados, prods. alimentícios, bebidas e fumo	14,3	-11,7	7,1	11	4,7	9,4	4	4,2	5,2	1,6	1,8	2,7
2.1 - Super e hipermercados	15,1	-11,5	7,4	12	5,8	10,9	4,3	4,7	5,9	1,8	2,1	3
3 - Tecidos, vest. e calçados	-42,2	-69	100,6	-39,7	-80,8	-62,5	-12,4	-29,9	-37,5	-2,5	-7,9	-13
4 - Móveis e eletrodomésticos	-25,9	-21	47,5	-12,2	-35,7	-7,1	3,6	-5,9	-6,2	5	2,2	1,2
4.1 - Móveis	-	-	-	-10,8	-40,7	-13,3	2,5	-8,2	-9,3	6,3	2,7	0,4
4.2 - Eletrodomésticos	-	-	-	-12,4	-33,3	-4,1	3,8	-5,1	-4,9	4,3	2	1,5
5 - Artigos farmacêuticos, med., ortop. e de perfumaria	1,5	-16,8	10,3	12	-9,8	-2,6	9	4,3	2,9	7,3	6,2	5,3
6 - Livros, jornais, rev. e papelaria	-36,2	-51,7	18,5	-33,6	-70,3	-67,1	-8,8	-19,9	-27,2	-13,7	-16,3	-19,7
7 - Equip. e mat. para escritório, informática e comunicação	-14,2	-28,9	16,6	-23,2	-45,6	-38,2	-14,4	-22	-25,3	-3,7	-7,1	-10,4
8 - Outros arts. de uso pessoal e doméstico	-26,9	-29,5	45,2	-18	-45,2	-18,9	-0,7	-12,2	-13,5	5	0,4	-1,2
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (3)	-14	-17,5	19,6	-6,4	-27,4	-14,9	0	-6,9	-8,6	3,3	0,8	-1
9 - Veículos e motos, partes e peças	-37	-35,8	51,7	-21,2	-58,1	-39,1	-3,7	-17,9	-22,5	7	1,3	-4
10- Material de construção	-17,4	-1,9	22,2	-7,5	-21,1	-5,2	-2,3	-7,1	-6,7	2,8	0,7	-0,6

Fonte: PMC, IBGE

O acumulado do ano até maio registra queda interanual de 8,6% no varejo ampliado, decorrente da performance negativa na maioria dos ramos de atividade, mas sobretudo, do segmento de "Veículos partes e peças" (-22,5%)¹⁹.

Entre as medidas de enfrentamento à crise da Covid-19 que estão afetando positivamente o consumo das famílias, principalmente de bens, citam-se: o auxílio emergencial e saques do FGTS por meio da Lei. 13.982 de 2020 e da Medida Provisória nº 946 de 07.04.2020, respectivamente, e o aumento do crédito.

Em relação ao Crédito destinado para pessoa física (PF), se observa um aumento de 18% do crédito consignado em abril na variação mensal. Por outro lado, registrou-se queda de 56% no

¹⁹ Para informações relativas à produção industrial de veículos, acesse a próxima seção.

Crédito destinado à aquisição de veículos no mesmo período, condizente com a queda da produção e das vendas de veículos, conforme citado nesta seção do Comércio e na seção da Indústria. Ainda em relação ao Crédito para PF, se destacam as concessões por meio do cartão de crédito, que correspondem a um quarto do total de novas concessões de crédito, ao se considerar o acumulado dos últimos 12 meses até abril de 2020.

No segmento de Crédito destinado às empresas, a categoria que apresentou maior expansão foi o capital de giro, com as concessões de crédito aumentando de R\$ 287 milhões em fevereiro para R\$ 1,4 bilhão em abril²⁰. Já o uso do cheque empresarial pelas empresas caiu 28% nesse mesmo período. Segundo a FGV, em abril, o saldo de crédito disponibilizado na economia chegou a representar 49% do PIB. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia/FGV, na atual conjuntura, o crédito é um dos maiores desafios e oportunidades para estimular a economia, sobretudo o crédito destinado a micro e pequenas empresas, que está em um nível muito aquém do que o demandado.

2.1.6 Indústria

Após dois meses de baixa, produção industrial nacional cresce 7% em maio

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial subiu 7% em maio ante abril de 2020. Foi a maior alta da produção da indústria, em relação ao mês imediatamente anterior, desde junho de 2018 (12,9%), mês de retomada da economia após a greve dos caminhoneiros. O crescimento, no entanto, foi insuficiente para reverter a queda de 28%, acumulada nos meses de março e abril. Em relação a maio de 2019, a produção caiu 21,9%. A indústria acumula queda de 11,2% no ano de 2020. Em 12 meses, a baixa da produção alcança 5,4%.

Tabela 5 - Brasil: Variação da produção industrial por categoria de uso - resultados mensais do trimestre encerrado em maio de 2020, em 12 meses e comparação interanual mensal, acumulado do ano

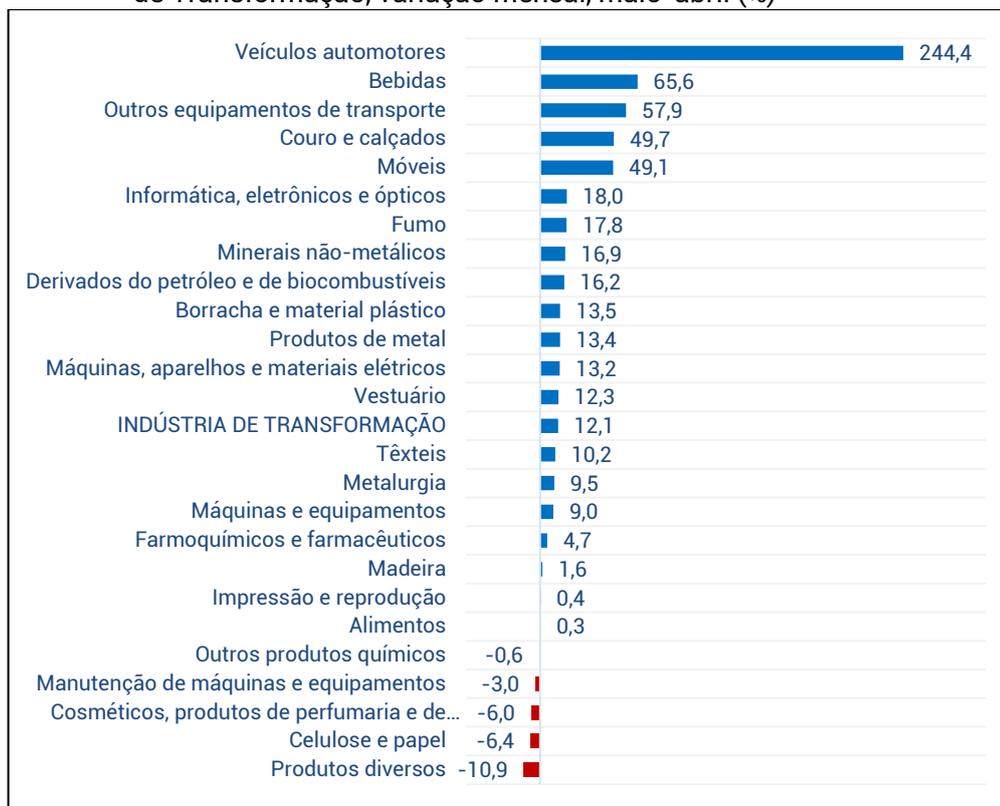
Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			Interan.	Acum. ano	12 meses
	mar/20	abr/20	mai/20			
Indústria geral	-9,2	-18,8	7,0	-21,9	-11,2	-5,4
Bens de capital	-16,2	-40,7	28,7	-39,4	-21,0	-9,6
Bens intermediários	-3,7	-15,1	5,2	-14,6	-6,7	-4,2
Bens de consumo	-14,6	-26,1	14,5	-31,0	-17,1	-6,3
Bens de consumo duráveis	-24,2	-79,1	92,5	-69,7	-37,1	-14,7
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-12,1	-12,1	8,4	-19,3	-11,2	-4,0

Fonte: PIM-PF/IBGE

Entre as grandes categorias econômicas, em comparação com abril, os maiores avanços foram na produção de bens de consumo duráveis (92,5%) e em bens de capital (28,7%), bastante sensíveis a ciclos econômicos, com ambos interrompendo dois meses seguidos de queda e alcançando as altas mais significativas desde o início de suas séries históricas. As atividades foram impulsionadas, em grande medida, pelo retorno à produção (mesmo que parcialmente) de unidades produtivas, após as interrupções da produção ocorridas em várias unidades por efeito da pandemia. Apesar dos resultados positivos elevados, os segmentos se encontram abaixo do patamar de fevereiro: -69,5% e -36,1%, respectivamente.

²⁰ Considera o estoque acumulado do ano até o mês de referência.

Gráfico 6 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de Transformação, variação mensal, maio-abril (%)



Fonte: PIM-PF/IBGE

Dentro da indústria de transformação, considerando o mês de maio em relação ao mês anterior, a influência positiva mais relevante foi assinalada pela atividade de “Veículos automotores” (244,4%), que interrompeu dois meses seguidos de queda na produção e marcou a expansão mais acentuada desde o início da série, mas ainda assim encontra-se 72,8% abaixo do patamar de fevereiro²¹. O Ministério da Economia registrou queda de 39,5% no valor exportado de veículos no primeiro semestre de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior. Vale recordar que, nesse período, as vendas de veículos para o exterior já estavam em baixa devido à crise na Argentina.

Outros destaques positivos no mês foram os segmentos: “Derivados do petróleo e biocombustíveis” (16,2%), que voltou a crescer, após acumular perda de 20% em três meses consecutivos de taxas negativas; e “Bebidas” (65,6%), que eliminou parte da redução de 49,6% acumulada nos meses de março e abril de 2020.

Entre as atividades que permaneceram em queda no mês de maio, há destaque para “Celulose e papel” (-6,4%) e “Cosméticos e perfumaria” (-6%).

Em suma, analisando a retomada no mês de maio, avalia-se que a recuperação das perdas deverá se dar de maneira gradual em meio aos impactos da pandemia do novo coronavírus na economia. Segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI/FGV), em junho, a confiança da indústria aumentou 16,2 pontos, alcançando 77,6 pontos. Apesar da segunda alta consecutiva, o índice recuperou apenas metade dos 39,3 pontos perdidos entre março e abril.

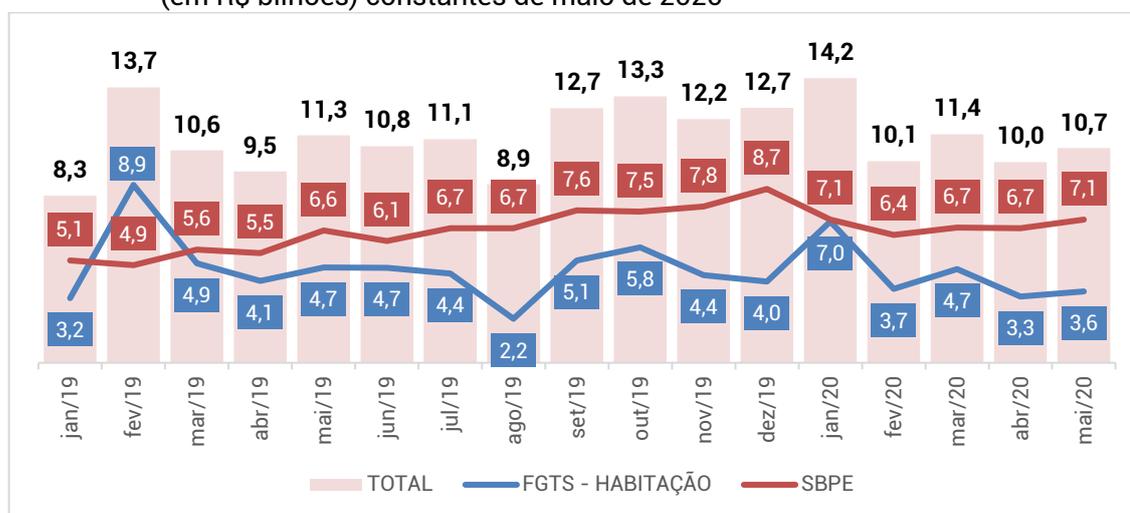
²¹ Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), foram produzidos 729,5 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus de janeiro a junho deste ano, contra 1,47 milhão do ano passado, representando uma queda de 50,5% no 1º semestre de 2020.

2.1.7 Financiamento Imobiliário

No segundo trimestre de 2020, o volume financiado com fundos da poupança apresentou alta de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior

Em relação ao financiamento imobiliário, são apresentados pelo Gráfico 7, os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Considerando os dois principais fundos - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) -, atingiu-se o montante de R\$10,69 bilhões em maio de 2020, com crescimento de 6,9% em relação ao mês anterior, mas uma queda de 5,7% comparativamente ao mesmo mês do ano passado.

Gráfico 7 - Crédito Imobiliário: Recursos oriundos do SBPE e FGTS, 2019 e 2020, valores (em R\$ bilhões) constantes de maio de 2020



Fonte: ABECIP

Considerando os primeiros cinco meses de 2019 e de 2020, o financiamento destinado à aquisição e à construção de imóveis avançaram 5,2%, atingindo R\$ 56,32 bilhões, registrando-se, nessa base de comparação, resultado positivo apesar da pandemia. Considerando o volume financiado com fundos da poupança²², nos meses de abril, maio e junho, período inteiramente afetado pelo isolamento social, o indicador apresentou alta de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, indicando impacto reduzido da crise do novo coronavírus sobre o crédito imobiliário com recursos do SBPE.

Foram financiados em maio de 2020, nas modalidades de aquisição e construção, aproximadamente 57,1 mil imóveis, resultado 5,2% superior ao de abril e 8% menor do que o apurado em maio de 2019. Entre janeiro e maio de 2020, foram financiadas 327,73 mil unidades, resultado 1,9% maior que o de igual período de 2019. Assim, avalia-se que a recuperação das perdas deverá ocorrer de maneira gradual em meio aos impactos da pandemia do novo coronavírus na economia.

Alguns fatores como a demanda reprimida, as taxas de juros e o preço relativo das moradias explicam o impacto reduzido no mercado imobiliário brasileiro no período em análise. De acordo com dados do Banco Central, a taxa de juros média do financiamento imobiliário no Brasil está no menor patamar da história, alcançou 7,2% em maio deste ano; no início de 2019, estava em 8,31%. Conforme cálculo da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias

²² Atualmente, os recursos para financiamento de imóveis são arrecadados da seguinte forma: Poupança - 51%; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - 31%; Letra de Crédito Imobiliário - LCI - 11%; Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI - 6%; Letra Imobiliária Garantida - LIG - 1%.

(Abrainc), a cada queda de 1% nos juros de financiamento de imóveis, a demanda aumenta em média 16%.²³

Outro fator positivo para o segmento imobiliário é que o valor dos imóveis não acompanhou a inflação. Por outro lado, a intensidade dos impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho²⁴ é um fator que limita a demanda por financiamentos. A estimativa da Abecip é que o crédito imobiliário cresça 12% neste ano, o que sugere um segundo semestre menos expressivo que o primeiro.

2.2 Balanço de Pagamentos e Comércio Exterior

2.2.1 Balanço de Pagamentos

Investimento estrangeiro em carteira tem saída líquida recorde no mês de março

O Brasil registrou déficit corrente de US\$ 11,3 bilhões no acumulado de janeiro a maio de 2020, uma redução de 38%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado derivou principalmente da redução do déficit da Renda Primária (em -32,7%, relacionada especialmente, com a redução de despesas com investimento direto e juros²⁵) e da Balança Comercial de Serviços (em -30,6%, ligada sobretudo à queda dos gastos com viagens²⁶).

Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019 (US\$ bilhões)

Discriminação	2019	Acumulado do ano		Var. % 20*/19*
		2019*	2020*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-49,5	-18,3	-11,3	-38,2%
Balança Comercial (Bens e Serviços)	5,6	3,6	3,3	-9,1%
Balança Comercial - Bens	40,8	17,7	13,1	-26,2%
Balança Comercial - Serviços	-35,1	-14,1	-9,8	-30,6%
Renda Primária	-56,1	-22,5	-15,2	-32,7%
Renda Secundária	1,0	0,6	0,6	-6,0%
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-51,1	-19,9	-9,9	-50,4%
Conta Capital	0,4	0,1	0,2	19,8%
Conta Financeira	-51,5	-20,0	-10,0	-49,9%
Investimento Direto (IDE-IDP)	-112,9	-22,1	-33,3	50,9%
Investimento Direto no Exterior	22,1	9,6	-12,7	32,9%
Investimento Direto no País	78,6	31,7	20,6	-34,9%
Investimento em Carteira	22,2	-1,0	35,5	3.388,4%
Outros Investimentos	7,1	-4,6	2,3	-49,7%
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	2,7%	3,1%	2,4%	-21,7%
RESERVAS INTERNACIONAIS	356,9	386,2	345,7	-10,5%

Fonte: Banco Central do Brasil *Acumulado do ano até maio

No acumulado do ano, o saldo deficitário da Conta Financeira apresentou uma redução de 49,9% na comparação interanual, devido, principalmente, às rubricas de Investimento Direto no Exterior, Investimento Direto no País e Investimento em Carteira.

- Os Investimentos Diretos no Exterior (IDE) registraram significativa queda de US\$ 22,3 bilhões, na comparação interanual do primeiro semestre 2020/2019. Houve uma redução de US\$ 12,7 bilhões da participação de brasileiros no capital de empresas estrangeiras, no acumulado de janeiro a junho de 2020.

²³ Segundo estudo do *Credit Suisse*, isso resultou numa desvalorização média de 25% nos últimos cinco anos das moradias nas capitais. Por último, destaca-se a demanda reprimida, entre os anos de 2015 e 2017, quando as vendas de imóveis residenciais ficaram em torno de 60% do seu nível histórico.

²⁴ Para mais informações, consultar a seção de mercado de trabalho.

²⁵ Redução da remessa de renda de investimento direto e juros para o exterior.

²⁶ Esse declínio é decorrente tanto do câmbio mais desvalorizado em 2020, quanto das restrições a viagens impostas.

- Os Investimentos Diretos no País (IDP) totalizaram US\$ 20,6 bilhões, apresentando redução de 34,9% (com queda significativa em abril). Isso fez com que a Necessidade de Financiamento Externo atingisse US\$ 9,3 bilhões, indicando que o IDP é mais que suficiente para financiar o déficit corrente.
- Os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram saída líquida de US\$ 31,4 bilhões, contribuindo para que a rubrica de "Investimentos em Carteira" registrasse uma saída total de US\$ 35,5 bilhões. Cabe destacar o recorde histórico em março, o qual teve saída líquida de US\$ 22,4 bilhões de investimentos estrangeiros em carteira.

2.2.2 Balança Comercial

A queda da exportação foi maior que o recuo da importação no primeiro semestre de 2020

Em linha com a redução do nível da atividade econômica mundial, a Balança Comercial Brasileira registrou saldo de US\$ 22,3 bilhões, no acumulado de janeiro a junho de 2019, valor 13,1% menor que o registrado no mesmo período do ano anterior. As exportações reduziram em 7,1%, de maneira mais significativa nas categorias: Insumos Industriais (-10,8%, US\$ -4,7 bi)²⁷ e de Bens de Capital²⁸ (-49,9%, US\$ -3,8 bi). Em contrapartida, as exportações com variações positivas ficaram por conta dos: Alimentos e Bebidas destinados à Indústria (+25,1%, US\$ +5,7 bi) e Bens de Consumo Não Duráveis (+3,2%, US\$ +369 mi).

Tabela 7 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em percentual (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente
2018	239.264	9,9	-181.231	20,2	58.033	-13,4	420.495
2019	225.383	-5,8	-177.348	-2,1	48.036	-17,2	402.731
2019*	51.168	-	-42.143	-	9.025	-	93.311
2020*	48.472	-5,3	-43.948	4,3	4.524	-49,9	92.421
2019**	109.448	-	-83.768	-	25.680	-	193.216
2020**	101.720	-7,1	-79.397	-5,2	22.323	-13,1	181.116

Fonte: Ministério da Economia *1º Trimestre; **1º Semestre

Por sua vez, as importações brasileiras tiveram uma variação negativa de 5,2% no primeiro semestre do ano, puxadas pelas seguintes quedas em: Combustíveis e Lubrificantes (-28%, US\$ -2,8 bi) e Peças e Acessórios de Equipamento de Transporte (-14,5%, US\$ -2,3 bi). Houve apenas uma variação positiva, exibida pela categoria Bens de Capital²⁹ (+27,7%, US\$ +3,2 bi).

De acordo com o Boletim Focus³⁰, a previsão para o ano de 2020 é um saldo deficitário de US\$ 8,85 bilhões para a Conta Corrente, esse resultado representa uma variação negativa de 37% comparada ao esperado no mês anterior. Por sua vez, os Investimentos Diretos no País devem finalizar o ano em US\$ 53,95 bilhões. Para a Balança Comercial, a expectativa é um saldo superavitário de US\$ 55,15 bilhões, um resultado superior ao do ano passado.

²⁷ Essa variação negativa está relacionada com a queda do preço das *commodities*. A Secex explicou que a redução no valor exportado deriva principalmente da queda dos preços internacionais, os quais foram fortemente impactados pela redução da demanda global.

²⁸ Inclusive Equipamentos de Transporte de Uso Industrial.

²⁹ Exceto equipamentos de transporte industrial.

³⁰ Divulgado pelo Banco Central em 20 de julho de 2020.

2.3 Finanças Públicas

Resultado Primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 126,6 bilhões no mês de maio, valor superior à meta anual estabelecida para 2020

Em maio de 2020, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 126,6 bilhões, frente ao déficit de R\$ 15 bilhões em maio de 2019, sendo assim o pior resultado para o mês desde o início da série histórica em 1997. Esse resultado reflete os efeitos da crise do novo coronavírus sobre as finanças públicas nacionais. Antes da pandemia, o déficit primário estipulado pela LDO para o ano de 2020 era de R\$ 124 bilhões, valor que foi superado apenas no mês de maio.

O Tesouro Nacional foi o que mais contribuiu para o resultado do mês, ao apresentar déficit de R\$ 72,2 bilhões, seguido da Previdência Social (-R\$ 54,3 bilhões) e do Banco Central (-R\$ 44,7 bilhões). Com isso, o resultado primário acumulado no ano atingiu um déficit de R\$ 222,5 bilhões, ante déficit de R\$ 17,7 bilhões no mesmo período de 2019, devido, sobretudo, aos gastos excepcionais com as medidas de combate à crise da Covid-19.

Pelo lado das Receitas, a queda em maio foi de 36,9%, o equivalente a R\$ 44,5 bilhões. A receita tributária foi impactada pela crise da Covid-19, com os principais impostos e contribuições apresentando quedas de arrecadação.

Tabela 8 - Brasil: Receita Total desagregada em maio de 2019 e de 2020, e no acumulado de janeiro a maio de 2019 e de 2020, em R\$ milhões, constantes de maio de 2019 (corrigidos pelo IPCA) e taxa de crescimento real (%)

Descrição	Maio			Acumulado (janeiro - maio)		
	2019	2020	Cresc. Real	2019	2020	Cresc. Real
			(%)			(%)
I. RECEITA TOTAL	120.545	76.053	-36,9	670.573	575.232	-14,2
I.1 - Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	71.059	45.073	-36,6	422.006	367.451	-12,9
I.1.2 IPI	4.439	2.981	-32,8	21.857	18.631	-14,8
I.1.3 Imposto sobre a Renda	29.345	23.533	-19,8	190.879	173.952	-8,9
I.1.4 IOF	3.260	1.083	-66,8	16.572	13.940	-15,9
I.1.5 COFINS	18.711	5.997	-67,9	97.417	73.000	-25,1
I.1.6 PIS/PASEP	5.179	1.975	-61,9	27.135	21.256	-21,7
I.1.7 CSLL	4.469	3.874	-13,3	40.214	38.391	-4,5
Demais*	5.655	5.630	-0,4	27.932	28.281	1,2
I.2 - Incentivos Fiscais	0	-33	-	0	-33	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	33.317	20.474	-38,5	166.328	139.942	-15,9
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.170	10.539	-34,8	82.240	67.871	-17,5
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.064	22.032	-21,5	123.730	115.310	-6,8
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	92.482	54.021	-41,6	546.843	459.921	-15,9

Fonte: STN *Estão incluídas nessa categoria o Imposto de Importação, a CIDE Combustíveis e Outras Receitas Administradas pela RFB

Segundo o Tesouro Nacional, a queda no Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) é explicada pelo diferimento do pagamento do imposto, prorrogando, excepcionalmente, o prazo de entrega da declaração para o final de junho, afetando diretamente a arrecadação das quotas relativas à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física.

No caso do IOF, a adoção de alíquota zero para o "IOF Crédito" nas operações contratadas no período entre 3 de abril e 3 de julho de 2020 explica a queda de 66,8% do total arrecadado.

A diminuição da COFINS e do PIS/PASEP provém da prorrogação do prazo para recolhimento dessas contribuições, além das variações negativas das vendas nos setores do Comércio e Serviços e do crescimento do volume de compensações tributárias.

A Arrecadação Líquida para o RGPS, por sua vez, teve seu desempenho explicado pelo resultado negativo do emprego formal no acumulado do ano, além da prorrogação dos prazos de pagamento do Simples Nacional, da Contribuição Previdenciária Patronal e dos parcelamentos especiais no montante de, aproximadamente, R\$ 12,3 bilhões.

Todos esses movimentos no mês de maio refletiram no resultado acumulado de 2020, que apresentou recuo de 14,2% nas Receitas Totais.

Quanto ao comportamento da Despesa Total, registrou-se crescimento de 68% em maio, o que equivale a R\$ 73,1 bilhões, influenciado, sobretudo, pelos gastos derivados da pandemia. No acumulado do ano, os gastos já atingiram R\$ 681,9 bilhões, que aponta crescimento de 20,8%.

Tabela 9 - Brasil: Despesa Total desagregada em maio de 2019 e 2020, acumulado de janeiro a maio de 2019 e 2020, em R\$ milhões, constantes de maio de 2020, corrigidos pelo IPCA e taxa de crescimento real (%)

Descrição	Maio			Acumulado (janeiro - maio)		
	2019	2020	Cresc. Real (%)	2019	2020	Cresc. Real (%)
IV. DESPESA TOTAL	107.501	180.630	68,0	564.511	681.894	20,8
IV.1 Benefícios Previdenciários	48.515	74.796	54,2	248.517	279.807	12,6
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.396	24.349	-0,2	128.641	123.979	-3,6
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.065	64.681	395,1	95.171	187.525	97
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0	937	-	0	1.964	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	84	52.197	*	2.567	94.264	*
IV.4 Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	21.525	16.803	-21,9	92.182	90.583	-1,7
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.374	9.289	-24,9	56.115	52.627	-6,2
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.223	1.061	-13,2	5.619	5.366	-4,5
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.726	47	-98,3	13.413	7.686	-42,7
IV.4.1.3 Saúde	7.721	7.441	-3,6	34.193	35.470	3,7
IV.4.1.4 Educação	515	504	-2,3	2.050	3.057	49,2
IV.4.1.5 Demais	189	237	25,3	840	1.048	24,8
IV.4.2 Discricionárias	9.151	7.514	-17,9	36.067	37.956	5,2

Fonte: STN *Valores muito altos ** Estão incluídas nessa categoria as despesas com Transporte, Administração, Ciência e Tecnologia, Segurança Pública, Assistência Social e demais despesas discricionárias

Dentre os principais componentes, destacaram-se:

- Benefícios Previdenciários - segundo o Tesouro Nacional, a antecipação no pagamento de parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas para abril de 2020 foi a principal responsável pelo resultado;
- Apoio Financeiro aos Estados e Municípios (Apoio Fin. EE/MM) - referente ao auxílio financeiro para os estados, municípios e Distrito Federal, que atingiu R\$ 937 milhões em maio e já acumula R\$ 1,96 bilhão no ano;
- Créditos Extraordinários (exceto PAC) - resultado das medidas de combate ao novo coronavírus, dentre as quais estão o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 41,1 bi), Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios (R\$ 4,4 bi), Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 6,5 bi) e Ampliação do Programa Bolsa Família (R\$ 0,1 bi).

Destaca-se ainda o crescimento de 44,2% nas despesas discricionárias com Saúde no

acumulado de janeiro a maio de 2020. Vale destacar que o Tesouro Nacional apontou gastos no montante de R\$ 509,3 bilhões³¹ em 2020, com as diversas medidas decorrentes da Covid-19.

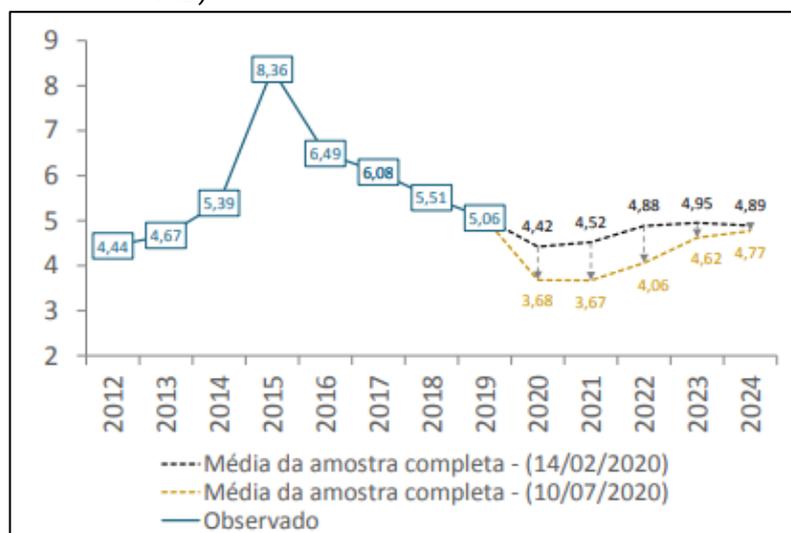
Para os próximos meses, são esperados déficits primários que ampliarão o rombo nas contas públicas nesse ano. A Instituição Fiscal Independente (IFI) prevê déficit de R\$ 877,8 bilhões em 2020, ou 12,7% do PIB, um recorde para a série histórica. A Secretaria Especial de Fazenda, do Ministério da Economia, indica déficit primário do Governo Central de R\$ 675,7 bilhões em 2020 (previsão de junho), ou 9,4% do PIB.

Resultado Primário do Setor Público Consolidado registrou déficit de R\$ 214 bilhões até maio de 2020

De acordo com o Banco Central, o resultado primário do Setor Público Consolidado foi deficitário em R\$ 131,4 bilhões em maio de 2020. Desse resultado, o Governo Central e os Governos Regionais apresentaram déficits de R\$ 127,1 bilhões³² e R\$ 4,8 bilhões, respectivamente, enquanto as empresas estatais registraram um superávit de R\$ 422 milhões. No acumulado do ano, o déficit atingiu R\$ 214 bilhões, ante superávit de R\$ 7 bilhões no ano passado.

O déficit nominal (que inclui o resultado primário somado aos juros nominais) totalizou R\$ 140,1 bilhões em maio. A mínima histórica da taxa Selic, somada ao IPCA favorável no período e às operações de *swap* cambial (que registraram ganho de R\$ 3,5 bilhões em maio de 2020, ante perda de R\$ 1,6 bilhão em 2019) contribuíram para a melhora no déficit referente aos juros nominais, que totalizou R\$ 9 bilhões no mês.

Figura 1 - Despesa com juros do setor público consolidado comparada com a projeção pré-Covid-19 (em % do PIB)



Fonte: Carta de Conjuntura/IPEA (2020)

Segundo estudo do IPEA³³, mesmo com o forte aumento recente da dívida pública, por causa das medidas de combate à pandemia e da recessão, são previstos gastos menores com

³¹ Até o dia 19/07/2020. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>>.

³² Existe uma diferença metodológica entre o cálculo do Resultado Primário do Governo Central realizado pelo Tesouro Nacional e o realizado pelo Banco Central.

³³ Carta de Conjuntura nº 48/2020 - IPEA (julho/2020).

juros neste ano e nos seguintes.³⁴

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou o equivalente a 81,9% do PIB (maior valor da série histórica), aumento de 2,1 p.p. em maio em relação ao mês anterior. No ano, o aumento de 6,1 p.p. na relação DBGG/PIB decorreu principalmente das emissões líquidas de dívida (aumento de 2,5 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 1,9 p.p.) e da desvalorização cambial acumulada (aumento de 1,6 p.p.). Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), o indicador continuará crescendo em 2020, por conta de elevados déficits primários mensais. A IFI projeta DBGG de 96,1% do PIB em 2020.

2.4 Mercado de Trabalho

No trimestre encerrado em maio, número de desalentados atingiu o recorde da série histórica

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME), deram a dimensão do impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Segundo o IBGE, a taxa de desocupação no país nos meses de março, abril e maio de 2020 ficou em 12,9%, o que equivale em termos absolutos a 12,7 milhões de pessoas desocupadas. No entanto, o quadro mostra-se ainda pior do que o traduzido nessa taxa. Isso porque, parte da força de trabalho desistiu ou ficou impossibilitada de procurar emprego e, com isso, não são consideradas desocupadas, segundo a metodologia do IBGE.

Por conseguinte, a população fora da força de trabalho avançou 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse efeito também pode ser identificado na diminuição da taxa de participação na força de trabalho de 61,7% no trimestre que compreende dezembro, janeiro e fevereiro, para 56,8% nos meses de março, abril e maio de 2020. Além do crescimento da população desalentada, cerca de 5,4 milhões de pessoas deixaram de procurar emprego no mesmo período.

Tabela 10 - Brasil: Indicadores de mercado de trabalho - em milhões de pessoas acima de 14 anos

Indicadores	mar a mai/19	dez a fev/20	mar a mai/20	Var. mês Anterior (%)	Var. interanual (%)
Força de Trabalho	105,9	106,1	98,6	-3,3%	-6,9%
Ocupados	92,9	93,7	86	-3,7%	-7,5%
Formais	54,8	54,6	53,6	-1,8%	-2,2%
Informais	38,1	34,3	32,3	-6,6%	-15,3%
Desocupados	13	12,3	12,7	-0,8%	-2,1%
Fora da força de trabalho	64,7	65,9	75	5,7%	15,9%
Desalentados	4,9	4,6	5,4	15,3%	10,3%
Rendimento médio real (R\$ Mil)	2,35	2,37	2,46	3,6%	4,9%
Massa de rendimento real (R\$ Bilhões)	212,5	217,5	206,6	-5,0%	-2,8%

Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE

A pandemia impactou mais profundamente os trabalhadores em situação de vulnerabilidade. O número de trabalhadores formais caiu de 54,6 milhões, na média de dezembro, janeiro e fevereiro, para 53,6 milhões no trimestre que compreende os meses de março, abril e maio, o que equivale em termos percentuais a -1,8%. Entre os trabalhadores informais, por outro lado, a queda foi de 6,6% (de 34,3 milhões para 32,3 milhões).

³⁴ Os juros desembolsados são resultado do valor da dívida e da taxa de juros que incide sobre ela. Assim, a expectativa de taxa de juros menor mais do que compensa a previsão de aumento da dívida na dinâmica dos próximos anos, levando a despesas com juros menores do que o previsto antes da pandemia (IPEA,2020).

A diminuição de 5% em relação ao período imediatamente anterior da massa de rendimento, provocada, principalmente, pela cessação de postos de trabalhos informais, resultou no aumento do valor do rendimento médio das pessoas ocupadas de R\$ 2,37 mil para R\$ 2,46 mil (3,6%), portanto, o movimento antagônico entre massa de rendimentos e renda média evidencia que a crise sanitária foi mais incisiva nos trabalhadores que obtinham menores rendimentos do trabalho.

A quantidade expressiva de pessoas que solicitaram o auxílio emergencial do Governo Federal (65,2 milhões) corrobora com indicadores de impacto da pandemia sobre a ocupação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) sobre a Covid-19, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de maio de 2020, cerca de 38,7% dos domicílios brasileiros receberam o auxílio emergencial.

País perde 1,2 milhão de empregos com carteira no 1º semestre de 2020, aponta Novo CAGED

Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia (ME), o emprego celetista, no Brasil, apresentou saldo negativo de 10.984 postos de trabalho em junho de 2020. No acumulado do ano de 2020, foi registrado saldo de -1,1 milhão de empregos, decorrente de 6.718.276 admissões e de 7.916.639 desligamentos.

No mês de junho, a diferença entre número de admitidos e desligados foi negativa em três dos cinco Grupamentos de Atividades Econômicas. Registraram saldo negativo os seguintes grupamentos: "Serviços" (-44,9 mil vínculos), distribuído principalmente nas atividades de "Alojamento e alimentação" (-35,3 mil vínculos); "Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas" (-16,6 mil vínculos); e "Indústria Geral" (-3,5 mil vínculos), concentrado na "Indústria de Transformação" (-2,5 mil vínculos). Em contrapartida, registraram saldo positivo os grupamentos de "Construção" (+17,3 mil vínculos) e "Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura" (+36,8 mil vínculos).

Ademais, o CAGED apresenta os seguintes destaques:

- Todas as regiões brasileiras apresentaram redução de postos de trabalho formal no acumulado de janeiro a junho de 2020, mas no mês de junho apenas o Sudeste e o Nordeste registraram saldo negativo.
- Todos os estados do Nordeste apresentaram resultado negativo no saldo de empregos no primeiro semestre de 2020. Os estados que mais desmobilizaram mão de obra formal foram: Pernambuco (-67,9 mil), Bahia (-60,4 mil) e Ceará (-41,6 mil).
- O Maranhão registrou a maior variação mensal de emprego em junho (+0,82%) e a menor perda de postos de trabalho no acumulado do ano (-0,46%), dentre os estados da região Nordeste.
- São Luís - MA foi o terceiro município que mais gerou vagas no mês de junho e o décimo primeiro no semestre. Considerando apenas as capitais, São Luís ocupa a primeira colocação nas duas referências.

3 ABRANGÊNCIA ESTADUAL

3.1 Indicadores e Nível de Atividades

3.1.1 Inflação

Inflação: No segundo trimestre, todos os meses apresentaram variação negativa no índice geral

No segundo trimestre do ano de 2020, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, em São Luís registrou três variações negativas. No mês de abril, destaca-se que a maior pressão ocorreu no grupo Alimentação e Bebidas. Com a intensificação das medidas restritivas, foi possível observar um movimento de priorização de itens básicos e estocagem de mantimentos. Por outro lado, o item Combustíveis apresentou variação negativa de 6,91%, a maior contribuição negativa entre os itens (-0,37 p.p.).

Com uma tendência de redução no nível geral de preços, o mês de junho apresentou variação negativa de 0,35% no índice geral.

Quanto aos subitens que apresentaram variação positiva no IPCA, destacaram-se Arroz e Televisor, com variações de 2,59% e 6,11%, respectivamente, sendo, portanto, os subitens com maior impacto positivo para o índice geral, cerca de 0,06 p.p. cada um deles.

Tabela 11 - Maranhão: Variação mensal do IPCA (%): Índice Geral e Grupos

Variação mensal	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice geral	-0,19	0,18	0,37	-0,44	-0,22	-0,35
1. Alimentação e bebidas	0,61	0,84	1,45	1,65	-0,37	-0,33
2. Habitação	0,06	0,12	0,34	-1,69	-0,6	-0,36
3. Artigos de residência	-1,26	0,21	-0,22	-2,12	-0,03	0,95
4. Vestuário	-0,6	0,4	-0,77	-0,42	-0,04	-1,58
5. Transportes	-0,04	-0,29	0,16	-1,76	-0,4	-0,88
6. Saúde e cuidados pessoais	-1,81	-0,74	-0,15	-1,08	0,05	-0,22
7. Despesas pessoais	0,27	-0,2	0,01	0,04	0,15	0,09
8. Educação	0,04	2,63	1,38	-0,25	0,07	0,04
9. Comunicação	-0,09	-0,54	-0,82	0,3	0,21	0,3

Fonte: IPCA/IBGE (2020)

No acumulado do ano, a deflação acumulada do IPCA no Maranhão é de -0,65%. Dos nove grupos, apenas três apresentam pressão inflacionária no ano: Alimentação e bebidas (3,89%), Despesas pessoais (0,36%) e Educação (3,93%).

Com as medidas restritivas, muitas despesas foram cortadas pelas famílias, seja com a finalidade de manter recursos para fins precaucionais ou mesmo pela impossibilidade de obtenção da mercadoria ou serviço em virtude das restrições impostas pela pandemia. Por outro lado, observa-se que o setor de alimentação e bebidas, o grupo com maior representação (23,8%) na cesta de consumo medida pelo IPCA, obteve variações positivas, reflexo do aumento da demanda pela alimentação no domicílio e fora do domicílio, como também pelo sazonalidade atrelada ao calendário agrícola e pelo aumento da temperatura no primeiro semestre do ano.

Nota-se que, apesar do início da retomada do volume de vendas no estado, os preços permaneceram em trajetória de queda. Destaca-se que a capital maranhense registrou recuo do nível geral de preços em maio desse ano, conforme o IPCA, o qual apresentou baixa de -0,38% na variação mensal. Assim, depreende-se que o nível de preços ainda responde pela severa queda na demanda decorrente do período da pandemia nos dois meses anteriores a maio.³⁵

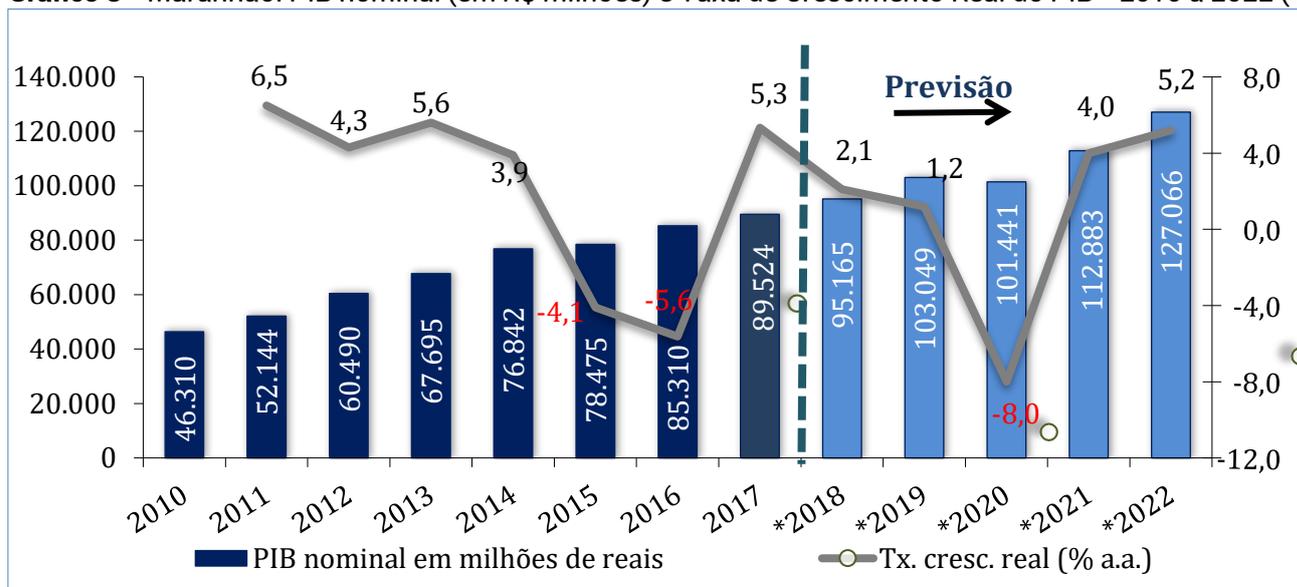
³⁵ Fonte: Nota do Comércio Varejista - Maio e junho/2020. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/comercio-varejista/362>>.

3.1.2 Produto Interno Bruto

Pandemia da Covid-19 afetou fortemente o nível de atividades econômicas do estado

A estimativa do PIB para 2020 foi reavaliada para um recuo de 8%, como consequência da crise sanitária que o mundo enfrenta, na qual várias atividades econômicas foram prejudicadas, mais notadamente aquelas pertencentes ao setor terciário, que respondem pela maior parcela da economia estadual (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento Real do PIB - 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC
Elaboração: IMESC

Até o primeiro trimestre deste ano, a avaliação feita pelo IMESC com base em metodologia própria de estimação do PIB, era de que a economia maranhense poderia crescer, pelo menos, 0,5%. Destaca-se que naquele momento (início de março), o nível de atividade econômica já estava em arrefecimento como consequência da crise no preço do petróleo, que afetou fortemente a bolsa de valores de vários países e fez o dólar aumentar fortemente, somado à pandemia da Covid-19, que começou a se alastrar pelo mundo.

A partir da segunda quinzena de março, a conjuntura econômica piorou no estado, tendo como estopim a detecção do primeiro caso de Covid-19, o que resultou na paralisação de diversas atividades econômicas, haja vista as medidas sanitárias de distanciamento social, no intuito de conter a propagação da doença.

Diante da conjuntura adversa, as medidas tomadas pelo Governo do Maranhão para combater a pandemia da Covid-19, fundamentadas em caráter técnico-científico e disciplinadas com a evolução do número de infectados, bem como a quantidade de casos ativos, óbitos e recuperados, foram decisivas para reverter o ritmo ascendente de propagação da doença. Após três meses de maior restrição das atividades econômicas, foi possível a retomada de várias atividades econômicas, minorando, portanto, os impactos econômicos provocados pela pandemia.

Dentre os três setores econômicos, somente o primário não foi afetado, tendo em vista diversos fatores tais como: calendário agrícola, priorização na distribuição de alimentos durante a pandemia e outros fatores que serão detalhados a seguir.

Agropecuária: O crescimento foi revisado para 6,5% devido à reavaliação para cima da estimativa da produção de grãos em 2020

Conforme já destacado anteriormente, o setor agropecuário deverá apresentar crescimento do Valor Adicionado em 2020. Dentre os fatores que explicam o fato de a pandemia não ter afetado notadamente a agricultura, ressalta-se o calendário agrícola das culturas de maior peso no setor (soja e milho, por exemplo), as quais grande parte da produção é decorrente do plantio no final do ano imediatamente anterior. Além disso, grande parcela da venda é negociada no mercado futuro, o que contribui ainda mais para a segurança da produção.

Cabe destacar que mesmo no período de colheita, que pode ocorrer em alguns casos, entre abril e junho, não houve impedimento porque, em sua grande maioria, os produtores de soja e milho são "grandes produtores" e a colheita é feita por meio de máquinas, sendo operadas por uma única pessoa, sem necessariamente causar aglomerações. Soma-se a isso o fato de que, na pandemia, o setor de alimentos e bebidas, mesmo com algumas restrições, não foi prejudicado tendo em vista a necessidade de abastecimento, já que a alimentação é uma necessidade vital.

Acerca da produção agrícola maranhense, que resultou em um impacto positivo no setor primário, ressalta-se que a produção de grãos para o ano corrente, segundo o LSPA referente ao mês de julho, deverá ser de 5,3 milhões de toneladas (9,1% a mais que no ano anterior). Os destaques vão para a soja (+7,3%, ultrapassando as 3 milhões de toneladas) e o milho (+13,4%, cuja colheita prevista é de pouco mais de 2 milhões de toneladas).

Enquanto isso, no plano nacional, o Brasil deverá colher o equivalente a 240,8 milhões de toneladas de grãos (+2,8% que no ano anterior), com destaque para o arroz (+7,3%) e a soja (+5,9%).

Indústria: Reflexo da pandemia da COVID-19, o setor secundário deverá apresentar retração de 4,7% no Maranhão em 2020

O setor secundário maranhense foi o segundo mais afetado pela pandemia, cuja retração estimada foi de 4,7%. As medidas sanitárias adotadas no estado, a partir do primeiro caso diagnosticado de Covid-19, impactaram mais incisivamente na Indústria de Transformação e na Construção Civil, sendo que esta última é a que geralmente cria mais postos de trabalho no setor.

Dados do CAGED para o mês de junho, apesar de terem indicado uma recuperação, com saldo positivo de contratações líquidas para o setor secundário com a criação de 204 vagas, não foi o suficiente para que se pudesse recuperar a perda no acumulado do primeiro semestre do ano, que até o momento indica uma perda de 330 postos de trabalho formais.

A Construção Civil, por exemplo, cujo saldo em junho foi positivo com a criação líquida de 1.765 vagas, acumula no primeiro semestre de 2020 uma perda líquida de 1.641. A Indústria de Transformação, por sua vez, registra uma perda líquida de 377 postos de trabalho no mesmo período. Contudo, é importante ressaltar que a recuperação gradual da economia deverá impactar mais positivamente essas atividades até o final do ano, podendo atenuar a queda no PIB.

O setor secundário apresenta o segundo maior peso no Valor Adicionado total do estado (cerca de 17%), sendo a Construção Civil (32,5%) e a Indústria de Transformação (37,0%), atividades de maior peso dentro do setor.

Serviços: Setor terciário é o mais afetado pela Covid-19, com retração de 10,6%

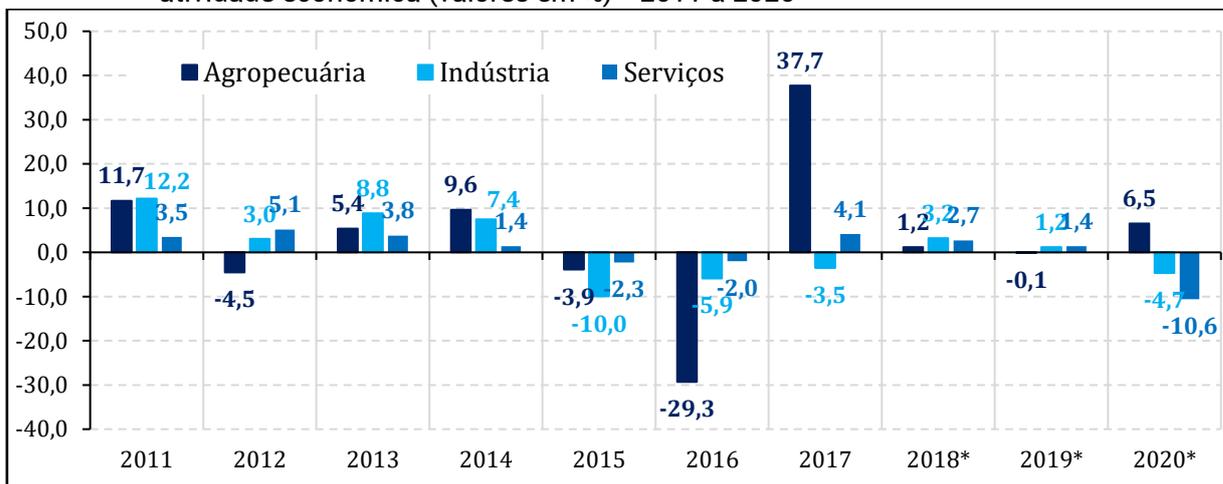
Na avaliação do IMESC para o setor de Serviços, a estimativa é de que o setor encolha 10,6% este ano. Tendo em vista que várias atividades deste setor ocasionam aglomerações e interações humanas, foram classificadas internacionalmente como áreas de maior propensão ao risco de contágio, portanto, as medidas sanitárias incidiram mais sobre esse setor.

O setor, que responde por mais de 70% do PIB estadual, teve 21 atividades econômicas diretamente afetadas, que somadas são responsáveis por cerca de 52% do Valor Adicionado Total do estado.

Quanto ao Comércio, vale mencionar a retração no segmento Varejista Restrito (-3% no acumulado do primeiro semestre), sendo que no Varejista Ampliado, a queda foi de 7,3% no mesmo período. A atividade de "Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas" apresentou saldo positivo no mês de junho com a criação de 691 vagas, mas, por outro lado, ainda está com saldo negativo no acumulado do primeiro semestre de 2020, com perda líquida de 3,4 mil postos de trabalho formais, reflexo da forte queda na demanda e, portanto, redução no faturamento das empresas.

Para atenuar os efeitos da crise, além da necessidade de se garantir o usufruto dos serviços públicos essenciais, no acumulado do primeiro semestre, foram geradas mais de 4,5 mil vagas na atividade de Saúde Humana e Serviços Sociais, sendo 1 mil somente no mês de junho. Destaca-se que a Administração Pública como um todo gerou mais de 4,6 mil vagas no acumulado de janeiro a junho de 2020 e representa cerca de 40% do setor terciário, portanto, a ampliação da oferta de serviços neste setor foi benéfica enquanto efeito contracíclico.

Gráfico 9 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2020



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

3.1.3 Agropecuária

Maranhão registra o sexto maior aumento do país no Valor Bruto da Produção Agropecuária em junho, com alta de 2,18%

Em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), indicador divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o país apresentou alta de 1,82% no mês de junho em relação ao registro de maio. O VBP é considerado um indicador do faturamento. Com atualizações mensais, seu cálculo é realizado para os estados e regiões brasileiras, com dados de 21 produtos de lavouras e cinco atividades da pecuária.

A região Nordeste liderou o aumento do VBP na pecuária com o montante de R\$ 23,3 bilhões. Já o Maranhão registrou crescimento de 1,7% na comparação com o mês anterior, atingindo um VBP estimado em R\$ 2,2 bilhões para o ano. Na comparação com 2019, a alta chegou a 13,2%, segunda maior do Nordeste. Em relação ao VBP da Agropecuária, o estado apresentou o sexto maior aumento do país (2,18%), chegando ao patamar de R\$ 9,8 bilhões.

De acordo com o LSPA, referente a junho de 2020, a produção de grãos estimada para o ano é de 5,4 milhões de toneladas. Em comparação com a safra de 2019, o crescimento esperado é de 8,7%. Esse resultado configura o quarto ano seguido de recorde na produção de grãos, levando em conta o início da série histórica do LSPA em 2006.

Principal grão produzido no estado, a soja deverá atingir 3 milhões de toneladas em 2020, crescimento de 6,9% em relação à safra anterior. Isso se deve ao expressivo aumento do rendimento médio da lavoura, que deverá ficar em 3,2 mil kg/ha (+9,5%). Atrelado principalmente à exportação, esse produto já apresenta crescimento de 20,1% na quantidade exportada no primeiro semestre de 2020 pelo Maranhão, segundo o Ministério da Economia.

Tabela 12 - Estimativa da produção, área plantada e colhida e rendimento médio das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão - 2019 e junho/20 (mil toneladas)

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção (mil t)	Rend. Médio (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos*	2019 (a)	1.589	1.589	4.929	-
		jun/20 (b)	1.603	1.603	5.359	-
		% (b/a)	0,8	0,9	8,7	-
	Soja	2019 (a)	975	975	2.845	2.917
		jun/20 (b)	962	962	3.041	3.162
		% (b/a)	-1,4	-1,4	6,9	8,4
	Sorgo	2019 (a)	11	11	22	2.049
		jun/20 (b)	10	10	20	2.045
		% (b/a)	-8,9	-8,9	-9,1	-0,2
	Milho	2019 (a)	427	427	1.810	4.240
		jun/20 (b)	459	459	2.045	4.457
		% (b/a)	7,4	7,5	13,0	5,1
	Feijão	2019 (a)	55	55	32	568
		jun/20 (b)	52	52	29	545
		% (b/a)	-4,3	-4,3	-8,2	-4,1
	Arroz	2019 (a)	93	93	157	1.684
		jun/20 (b)	93	93	159	1.711
		% (b/a)	-0,3	-0,2	1,4	1,6

	Algodão	2019 (a)	28	28	63	3.739
		jun/20 (b)	27	27	64	3.933
		% (b/a)	-4,5	-4,5	0,5	5,2
Demais culturas	Mandioca	2019 (a)	57	56	426	7.550
		jun/20 (b)	53	53	411	7.700
		% (b/a)	-6,2	-5,4	-3,5	2,0
	Cana-de-açúcar	2019 (a)	47	47	2.924	62.239
		jun/20 (b)	47	47	2.921	61.780
		% (b/a)	0,6	0,6	-0,1	-0,7

*Cereais, leguminosas e oleaginosas
Fonte: LSPA/IBGE

Produção de milho destaca-se como principal responsável pelo aumento da produção graneleira no estado em 2020

A produção estimada de milho alcançou um patamar de 2 milhões de toneladas, o que representa uma variação de 13% em relação à safra de 2019. Enquanto o milho segunda safra permaneceu estável na comparação com o ano passado, a primeira safra deverá crescer 23,7%, devido, sobretudo, ao aumento de 16,8% na área plantada. Em função do preço atrativo e do atraso das chuvas em algumas regiões, alguns produtores que plantaram soja na safra passada optaram pelo milho primeira safra³⁶.

3.1.4 Indústria

No segundo trimestre de 2020, algumas atividades do setor industrial apresentaram saldos melhores de contratações quando comparados ao 1º trimestre do ano

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados em julho de 2020, mostram o impacto da pandemia no emprego formal do estado. Na Indústria, o segundo semestre foi fortemente marcado pelas medidas de isolamento social, apresentando saldo de emprego negativo. Em contraponto, de acordo com a pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), os empresários afirmaram que a adoção de algumas medidas como redução da jornada de trabalho e o uso do banco de horas possibilitaram a manutenção de empregos.

Alguns segmentos da Indústria apresentaram saldos melhores no segundo trimestre de 2020 quando comparados com o trimestre anterior. Nas atividades da indústria de transformação, os destaques foram a fabricação de produtos alimentícios e produtos químicos. Na indústria extrativa, a extração de minerais metálicos apresentou resultado positivo nas atividades de extração de minério de ferro e de minério de materiais preciosos.

Na Construção Civil, apesar do saldo ainda negativo, o setor apresentou aumento no saldo nas atividades de obras de infraestrutura, especificamente na construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas, relacionada à retomada de investimentos públicos e privados.

³⁶ Para mais informações sobre esse e os demais produtos, acessar: www.imesc.ma.gov.br.

Tabela 13 - Maranhão: Saldo de emprego por grande grupamento de atividade econômica - dados com ajustes declarados até junho de 2020

1º Trimestre/2020		2º Trimestre/2020	
Grande Grupamento	Saldo	Grande Grupamento	Saldo
Indústria Geral	630	Indústria Geral	-960
Eletricidade e Gás	67	Eletricidade e Gás	3
Indústrias de Transformação		Indústrias de Transformação	
Fabricação de produtos alimentícios	31	Fabricação de produtos alimentícios	49
Fabricação de produtos químicos	54	Fabricação de produtos químicos	60
Indústrias Extrativas	-63	Indústrias Extrativas	19
Extração de minerais metálicos	-22	Extração de minerais metálicos	32
Construção	-1489	Construção	-152
Obras de infraestrutura	-567	Obras de infraestrutura	627

Fonte: Novo CAGED

Elaboração: IMESC

De acordo com a pesquisa empresarial realizada pela Coordenação de Ações Estratégicas da FIEMA, no período de 15 a 21 de abril, na indústria maranhense, as expectativas dos empresários foram influenciadas pelo isolamento social (medida de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da Covid-19), interferindo nas decisões de investimento, e conseqüentemente na produção, produtividade e faturamento das empresas.

A deterioração do faturamento é o impacto mais destacado por 62% das indústrias consultadas, como consequência da crise causada pela pandemia da Covid-19, seguido pela "Queda de Produtividade (45,2%)" e pela "Queda de Produção (40,5%)".

Gráfico 10 - Principais causas e impactos listados pela Indústria Maranhense da crise causada pela pandemia do novo coronavírus



Fonte: FIEMA

Em relação aos impactos listados pela pesquisa, que se remete ao mês de abril, foram destacadas, principalmente, dificuldades relacionadas à queda de produção, produtividade e, conseqüentemente, queda no faturamento das indústrias consultadas. Esses fatores foram apontados em razão: da paralisação das atividades de produção; indisponibilidade de trabalhadores (devido ao isolamento social e/ou afastamento das atividades por motivos de saúde); e acesso mais difícil ao crédito. Tais aspectos, por um lado, contribuíram para o aumento das vendas *on-line*. Por outro lado, influenciaram na falta de insumos ou matérias-primas nas indústrias e, por conseguinte, no cancelamento de pedidos/encomendas.

Quanto às perspectivas, os investimentos voltados à infraestrutura serão decisivos para a retomada da economia brasileira, passado o pior momento da pandemia da Covid-19. Um

importante passo nessa direção foi a concretização do novo marco legal do saneamento básico, que prospecta atração de investimentos privados. Além disso, é importante a continuidade: dos demais investimentos em obras públicas e privadas; e programas de concessões (como a concessão de terminais pesqueiros, arrendamentos de terminais portuários e leilões de geração de energia e de linha de transmissão) inclusos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal.

3.1.5 Serviços

Pandemia da Covid-19 compromete resultado do volume de serviços no Maranhão no acumulado do ano até maio

- Em maio de 2020, o volume de serviços no Maranhão caiu -0,8% quando comparado com o mês anterior, segundo dados da PMS - IBGE. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve queda de 17,3%.
- A PMS indica que o Maranhão vem seguindo o comportamento nacional de manutenção da queda das atividades de serviços, mas com uma magnitude menor em comparação aos resultados do mês anterior.
- No mês de maio de 2020, o Setor de Serviços ainda possui seus resultados marcados pelas restrições de mobilidade social e que foram necessárias para o combate à pandemia mundial do COVID 19. O desempenho observado nos últimos doze meses até maio de 2020 em comparação a igual período de 2019 mostra o declínio da demanda nesse segmento ocorrido durante a transição do primeiro para o segundo trimestre de 2020.
- Diferente do que ocorreu com o setor do comércio onde houve o aproveitamento do aumento de vendas realizadas na plataforma do e-commerce, o setor de serviços que é composto por serviços de bens intangíveis, possuiu uma condição mais limitada de adaptação ao período de queda em seu volume durante esse ano.

Tabela 14 - Maranhão: Variação (%) do Indicador do Volume de Serviços com ajuste sazonal, em maio de 2020. Base Fixa 2014 = 100

Volume do Setor de Serviços												
Indicador (%)	Variação Mensal			Variação Interanual 2020/19			Acumulado no ano 2020			Últimos 12 meses		
	MAR	ABR	MAI	MAR	ABR	MAI	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAI	Até MAR	Até ABR	Até MAI
Brasil	-6,9	-11,9	-0,9	-2,8	-17,3	-19,5	-0,2	-4,5	-7,6	0,7	-0,6	-2,7
Maranhão	1	-13,9	-0,8	3,8	-14,2	-17,3	-0,1	-3,7	-6,6	2,2	0,9	-1,2

Fonte: PMS, IBGE

- O acumulado do ano indica queda de 6,6%, mostrando o tamanho do volume de serviços perdido de janeiro a maio de 2020 quando comparado a igual período do ano anterior, como consequência da pandemia do COVID 19.

3.1.6 Comércio Varejista

Auxílio Emergencial e medidas do Governo Estadual motivam aumento de 6,5% no varejo restrito em maio de 2020, recuperando parte das perdas de abril

Em maio de 2020, o volume de vendas no Maranhão cresceu 6,5% no varejo restrito quando comparado ao mês anterior. O aumento das vendas no estado acompanhou a tendência nacional de alta em maio. O varejo ampliado - que acrescenta as atividades Venda de Veículos e Motos e Materiais de Construção às demais atividades do varejo restrito - cresceu 6,4% nesse mesmo comparativo.

Na variação do acumulado do ano, o Maranhão apresentou recuo de 11,4% e foi o terceiro estado do Nordeste menos atingido em termos de volume de vendas, enquanto Alagoas teve recuo de -10,1% e Paraíba, com -6,2%, teve o menor recuo dentre os três primeiros estados nordestinos.

Tabela 15 - Brasil e Maranhão: Indicadores (%) do volume de vendas do varejo restrito e ampliado, em maio de 2020 (Base Fixa 2014 = 100)

VAREJO RESTRITO												
Indicador (%)	Variação Mensal			Variação Interanual 2020/19			Acumulado no ano 2020			Últimos 12 meses		
	MAR	ABR	MAI	MAR	ABR	MAI	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAI	Até MAR	Até ABR	Até MAI
Brasil	-2,8	-16,3	13,9	-1,1	-17,1	-7,2	1,6	-3,1	-3,9	2,2	0,6	0,0
Maranhão	-5,7	-12,9	6,5	-5,0	-18,4	-13,6	0,1	-4,5	-6,4	0,5	-1,3	-2,6
VAREJO AMPLIADO: Varejo Restrito + Materiais de Construção+ Veículos												
Indicador (%)	Variação Mensal			Variação Interanual 2020/19			Acumulado no ano 2020			Últimos 12 meses		
	MAR	ABR	MAI	MAR	ABR	MAI	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAI	Até MAR	Até ABR	Até MAI
Brasil	-14,0	-17,5	19,6	-6,4	-27,4	-14,9	0,0	-6,9	-8,6	3,3	0,8	-1,0
Maranhão	-17,1	-7,8	6,4	-10,0	-24,6	-21,1	-3,7	-8,8	-11,4	-0,9	-3,0	-5,1

Fonte: PMC, IBGE

Destaca-se que, mesmo com o *lockdown* realizado nos quatro municípios da Ilha do Maranhão, de 5 a 17 de maio, que representam juntos 44,2% do Valor Adicionado dos Serviços (excluindo-se a Administração Pública) do estado, o desempenho do varejo maranhense foi de crescimento das vendas, que foi beneficiado, dentre outros fatores, pela entrada de recursos do auxílio emergencial, alcançando 61,7% dos domicílios no Maranhão³⁷.

O auxílio emergencial possibilitou-se um incremento de recursos de R\$ 1,7 bilhão em maio na economia maranhense, direcionado às famílias com renda até 3 salários mínimos que, portanto, possuem maior propensão a consumir, dadas as necessidades de consumo.

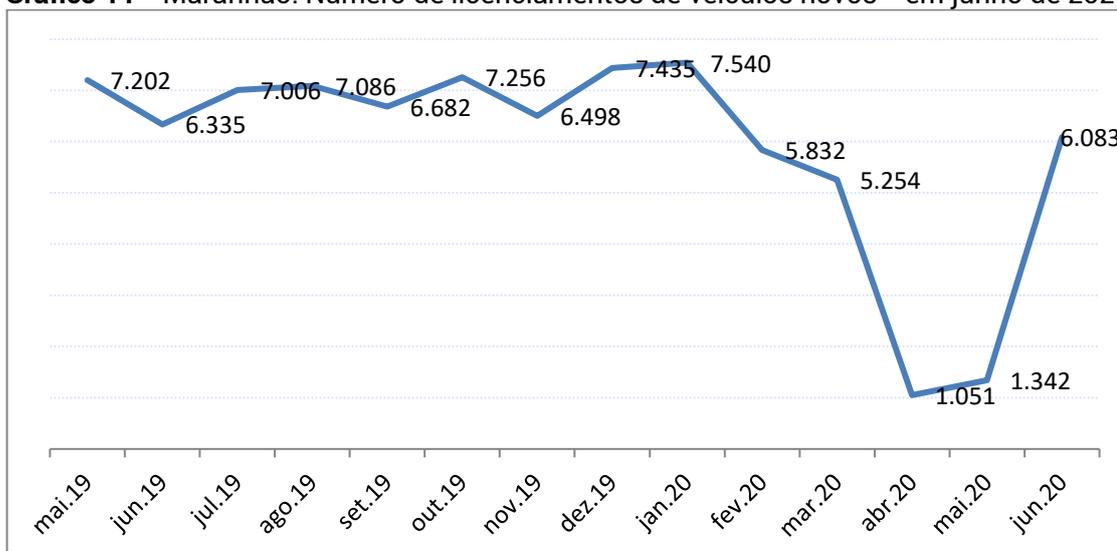
Em relação ao nível de inadimplência, registrou-se uma diminuição de 1,14% em maio no estado quando comparado a igual período de 2019, segundo dados do SPC Brasil/CDL São Luís. Ressalta-se que o Governo Estadual vem adotando medidas que visam amortecer os impactos da pandemia sobre a economia maranhense, como a suspensão do pagamento de água e a sanção da lei aprovada pela Assembleia Legislativa de redução de até 30% das mensalidades de instituições de ensino privado (Lei nº 088/2020) durante a pandemia.

Em relação ao segmento de venda de veículos, pertencente ao varejo ampliado, foram vendidos 1.342 veículos em maio de 2020, enquanto em abril foram vendidos 1.051 veículos, indicando um aumento de 27% em relação ao mês anterior, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).

Em junho de 2020, a venda de veículos novos no Maranhão subiu fortemente, alcançando 353% de alta em comparação ao mês anterior, com a venda de 6.083 unidades. Esses fatores podem estar associados à realização de promoções durante o mês de junho. Destaca-se que o mês de maio se constitui uma base fraca para comparação, por estar abaixo da média observada nos meses anteriores à pandemia.

³⁷ Fonte: PNAD Covid.

Gráfico 11 - Maranhão: Número de licenciamentos de veículos novos³⁸ em junho de 2020



Fonte: FENABRAVE

Considerando-se que a atividade de Venda de Veículos e Motos responde por 24,2% da composição do índice do varejo ampliado, o resultado de junho sinaliza, para o curto prazo, a continuidade de recuperação das atividades comerciais.

Ressalta-se que o Governo Estadual vem adotando medidas que visam amortecer os impactos da pandemia sobre a economia maranhense. Além das que já foram citadas no início da seção, houve a prorrogação do prazo para pagamento do IPVA (Portaria nº 105/SEFAZ) e, para o mês de julho, entrou em vigor a suspensão de consignados, conforme a Lei nº 11.274/20.

Espera-se, que, para o segundo semestre de 2020, haja um crescimento gradual do volume de vendas ancorado: i) início da trajetória de recuperação dos outros setores da economia e; ii) nas medidas já citadas de estímulo à economia por parte do Governo Estadual e do Governo Federal. Embora a conjuntura sinalize retomada do nível de atividade econômica do varejo, se entende que ela ocorrerá de forma lenta até atingir o nível pré-crise.

3.2 Comércio Exterior

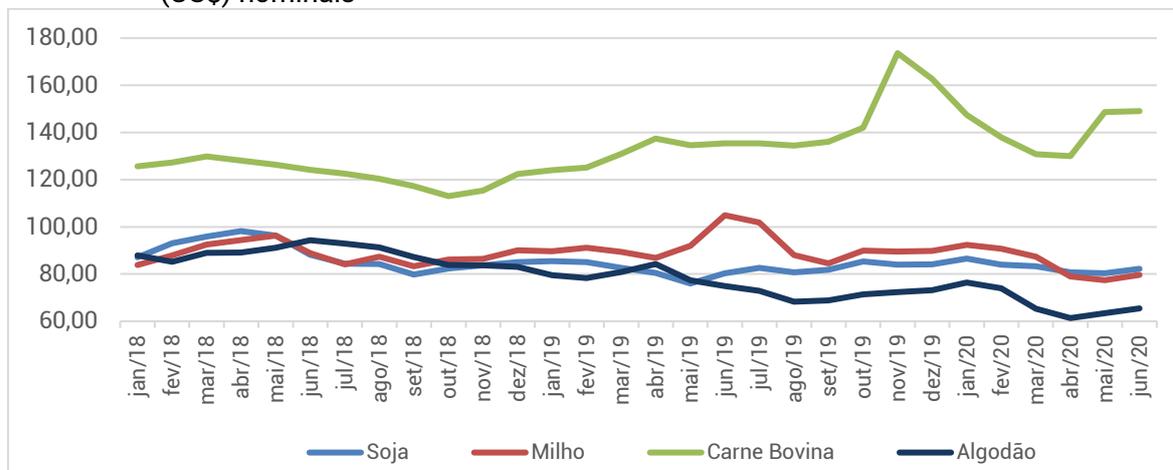
3.2.1 Commodities

A cotação da carne bovina apresentou a maior variação positiva no primeiro semestre de 2020

A cotação da carne bovina no mercado internacional em 2020 foi 7,16% maior que em 2019, na média do primeiro semestre. Esse aumento justifica-se principalmente pela contínua ampliação da demanda chinesa. Por sua vez, a soja apresentou um crescimento de 1,52%. A explicação desse fato também reside no aumento da demanda da China, visto que esse país é o principal importador desse produto. As variações negativas na média (na comparação interanual, do acumulado de janeiro a junho) das cotações das *commodities* foram exibidas pelo: algodão (-14,62%) e milho (-8,58%).

³⁸ O termo Veículos Novos se refere a: automóvel de passeio, caminhão, ônibus, moto e demais veículos rodoviários.

Gráfico 12 - Número-índice para a cotação internacional da soja, milho, carne bovina e algodão, de janeiro de 2018 até junho de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

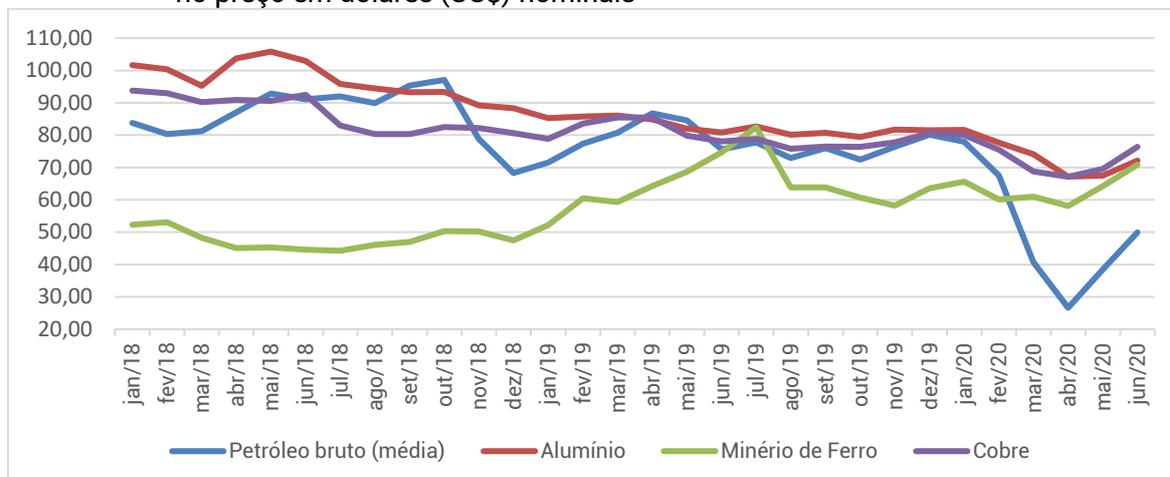
A paralisação global das atividades econômicas não essenciais afetaram fortemente os preços das *commodities* minerais. O petróleo bruto foi a *commodity* que apresentou a maior variação negativa (-36,80%) na média no semestre de 2020 - na comparação interanual, o menor preço do barril foi em abril (US\$ 21,04). Com o ajuste baixista da oferta visando equilibrar os preços e o início da retomada das atividades, conseqüentemente, houve aumento do preço da *commodity* em maio e junho³⁹.

Em seguida, consta o alumínio com queda de 12,79% e o cobre com redução de 10,98%, ainda na comparação interanual do acumulado de janeiro a junho. Apenas o minério de ferro se manteve estável, com uma variação média de 0,08% nas cotações, a qual justifica-se pela oferta global reduzida desse produto. No segundo trimestre de 2020, o crescimento do minério de ferro foi de 3,4% em relação ao 1º trimestre do mesmo ano. A alta nesse produto está ligada às paralisações de algumas mineradoras (redução na oferta) e com o aumento da demanda chinesa⁴⁰.

³⁹ A retomada do preço do petróleo tende a ser lenta, pois acredita-se que o consumo aumentará gradualmente e não alcance os níveis pré-crise tão cedo. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/07/01/petroleo-ensaia-recuperacao-em-junho-mas-futuro-ainda-e-incerto.ghtml>>.

⁴⁰ Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/09/interdicao-na-vale-faz-preco-do-minerio-superar-us-105.ghtml>>.

Gráfico 13 - Número-índice para a cotação internacional do petróleo, alumínio, minério de ferro e cobre, de janeiro de 2018 até junho de 2020 (Base 2010=100), baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

3.2.2 Balança Comercial

A queda da importação foi maior que o recuo da exportação no primeiro semestre de 2020

O saldo da balança comercial maranhense foi US\$ 534,9 milhões, no acumulado de janeiro a junho de 2020, um resultado 173,7% superior ao saldo do mesmo período do ano passado. Esse elevado superávit origina-se da grande queda das importações, que foi de 35,9%, e da redução de 12,7% das exportações.

Tabela 16 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2020*, valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	Saldo (Var %)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6	-86,6	6.670,8
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1	-118,9	4.311,6
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8	337,5	5.591,4
2018	3.828,1	26,3	-3.094,1	20,9	734,0	55,2	6.922,2
2019	3.543,6	-7,4	-3.551,5	14,8	-7,8	-101,1	7.095,1
2019*	700,2	-	-573,9	-	126,3	-	1.274,1
2020*	658,8	-5,9	-699,1	21,8	-40,3	-131,9	1.358,0
2019**	1.770,4	-	-1.575,0	-	195,4	-	3.345,4
2020*)	1.544,9	-12,7	-1.010,0	-35,9	534,9	173,7	2.554,9

Fonte: Ministério da Economia *1º Trimestre **1º Semestre

A redução da exportação, no acumulado do ano, foi influenciada principalmente pela queda no valor exportado dos seguintes insumos industriais: complexo celulose (-43,8%, US\$ - 206,4 mi), complexo alumínio (-27%, US\$ -186,8 mi) e complexo ferro (-1,3%, US\$ -2,4 mi). Em contrapartida, o setor agropecuário exerceu contribuição predominante sobre o total exportado pelo estado, em linha com a estimativa de safra recorde pelo quarto ano consecutivo⁴¹ e dos investimentos em infraestrutura portuária: complexo soja (+15%, US\$ 56,7 mi) e do milho (+427,1%, US\$ 10,8 mi). O complexo ouro foi o setor que apresentou a maior variação absoluta, totalizando US\$ 86,7 mi.

⁴¹ Mais detalhes na seção de Agricultura.

Tabela 17 - Principais complexos e produtos exportados pelo estado do Maranhão de 2018 até 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e crescimento (%)

Produtos	2019		2019*		2020*		Cresc. (%) 2020*/2019*		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd.	US\$ milhões
Total	3.543,6	11.752,9	1.770,4	4.964,3	1.544,9	5.560,8	-12,7	12,0	-225,5
Complexo Alumínio	1.260,5	3.683,2	692,5	1.778,9	505,7	1.906,3	-27,0	7,2	-186,8
Complexo Soja	818,3	2.344,9	378,4	1.073,7	435,1	1.289,0	15,0	20,1	56,7
Complexo Celulose	677,0	1.245,1	471,3	689,3	264,9	695,1	-43,8	0,8	-206,4
Complexo Ferro	481,7	3.803,3	184,0	1.386,5	181,6	1.546,8	-1,3	11,6	-2,4
Ferro Gusa	141,5	434,0	66,0	188,9	51,9	166,9	-21,3	-11,7	-14,0
Semimanufaturados de Ferro/Aço	1,2	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	**	**	0,0
Pelotas de Ferro	319,5	3.292,4	115,7	1.173,6	126,4	1.344,9	9,3	14,6	10,7
Milho	102,7	619,9	2,5	15,8	13,3	79,5	427,1	403,6	10,8
Milho em grãos ext./semead.	102,7	619,8	2,5	15,8	13,3	79,5	427,4	403,6	10,8
Complexo Têxtil	49,1	29,8	11,8	6,8	17,1	11,1	44,9	63,5	5,3
Algodão Debulhado	49,1	29,8	11,8	6,8	17,1	11,1	44,9	63,5	5,3
Complexo Proteína Animal	24,2	7,2	10,8	3,2	14,1	4,0	30,2	24,3	3,3
Bovinos	22,5	6,7	10,1	3,0	13,2	3,7	30,5	23,4	3,1
Aves	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	57,8	49,4	0,1
Suínos	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	66,9	80,5	0,1
Frutos do mar	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	48,5	47,4	0,1
Outras Proteínas Animais	0,8	0,2	0,4	0,1	0,4	0,1	-1,8	17,9	0,0
Complexo Couro	1,1	0,6	0,8	0,5	0,4	0,4	-50,8	-23,5	-0,4
Complexo Ouro	101,8	0,0	5,7	0,0	92,4	0,0	**	**	86,7
Complexo Cobre	1,9	0,4	1,9	0,4	0,0	0,0	-100,0	-	-1,9
Outros Complexos	25,3	18,4	10,5	9,0	17,6	19,5	66,8	115,9	7,0

Fonte: Ministério da Economia 'Valores de peso em milhares *Acumulado até junho **Valores distorcidos ou muito grandes

Arelada à recuperação da economia chinesa⁴², em junho, houve uma retomada da exportação do complexo do ferro, que no acumulado até maio, apresentava uma variação de -26,8% (valor) e -14,5% (quantidade), totalizando uma queda de US\$ -46,9 milhões. Além disso, observa-se que a queda na exportação de ferro gusa (-21,3%, US\$ -14 mi) foi equilibrada pela variação positiva das pelotas de ferro (+9,3%, +US\$10,7 mi).

Queda das importações maranhenses foi puxada redução de US\$ 350 milhões do diesel

No acumulado do ano, a queda da importação no estado foi puxada pela redução das importações dos combustíveis e lubrificantes (-41,6%, US\$ -447 mi) e do álcool/etanol (-74,7%, US\$ -131 mi). Na abertura por produtos, o diesel foi o que apresentou maior queda, com redução de 35,7% no valor importado (US\$ -350 mi). O petróleo, por sua vez, teve queda de 36,2% (US\$ -102 mi), diferentemente do diesel, que não apresentou variação negativa na quantidade importada, ou seja, essa queda está ligada apenas com a redução do preço deste produto. A única variação positiva das importações foi apresentada pelos fertilizantes (+21,8%, US\$ 36 mi).

⁴² Ocorreu aumento na demanda chinesa por minério de ferro, devido ao crescimento dos gastos com infraestrutura, como medida de redução dos impactos econômicos causados pela pandemia (Covid-19).

Tabela 18 - Principais produtos das importações maranhenses de 2018 a 2020*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2019		2019*		2020*		Var. 2020*/2019*		Var. Absoluta
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd. (%)	US\$ milhões
Total Importado	3.551	8.908	1.575	3.771	1.010	3.602,2	-35,9	-4,5	-565
Combustíveis e Lubrificantes	2.540	5.153	1.075	2.051	628	1.979,1	-41,6	-3,5	-447
Diesel	1.985	3.317	767	1.234	417	872,9	-45,7	-29,3	-350
Gasolinas	497	869	283	492	181	495,5	-36,2	0,8	-102
Coques, Hulhas e Derivados	58	967	24	325	30	610,7	22,8	87,8	6
Álcool/Etanol	266	513	175	347	44	84,1	-74,7	-75,7	-131
Fertilizantes	448	1.688	167	600	204	899,7	21,8	50,0	36
Outros Produtos	298	1.554	158	773	134	639,2	-15,0	-17,4	-24

Fonte: Ministério da Economia *Acumulado até junho ¹Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Os complexos e produtos que apresentaram quedas, tanto nas exportações como nas importações, estão claramente relacionados com as paralisações das atividades econômicas em âmbito global. Já era esperada redução nas cotações dos insumos industriais e também prevista uma manutenção da tendência positiva das *commodities* agropecuárias, conforme está sendo observado.

3.3 Investimentos

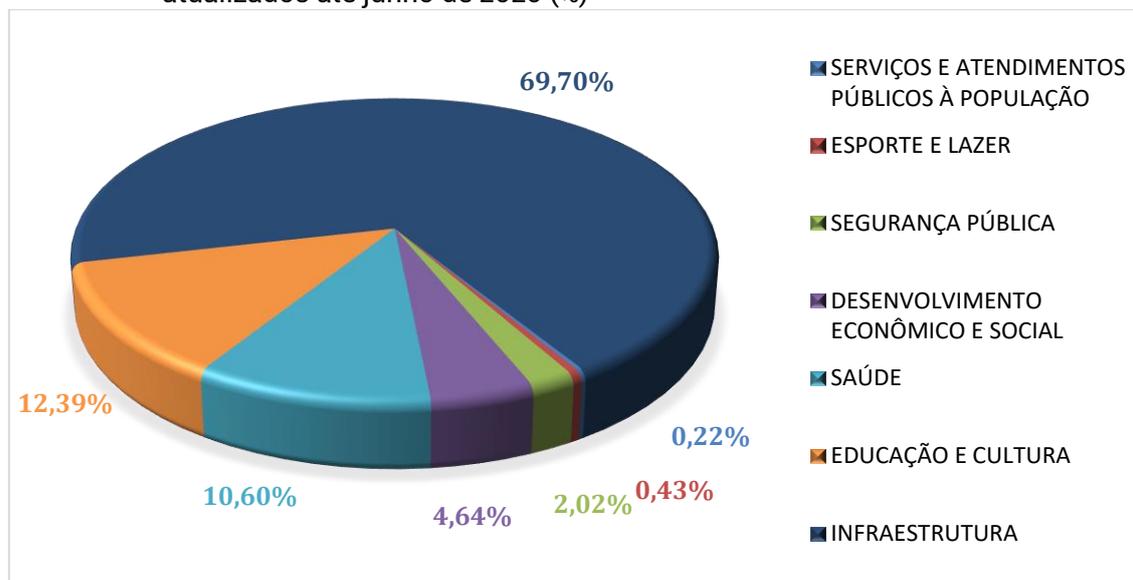
Os investimentos públicos estaduais em andamento em 2020 correspondem a R\$ 67,4 milhões, segundo a SEPLAN

No Maranhão, o montante de investimentos públicos estaduais em andamento, em 2020, corresponde a R\$ 67,4 milhões, segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). Conforme o gráfico destacado, a maior parte do montante dos recursos executados foi destinada à categoria Infraestrutura; seguida de Educação e Cultura; e Saúde, segundo a Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP).

Na categoria Infraestrutura, destacam-se obras de expansão e melhoria da estrutura portuária do Maranhão, com destaque para o Porto do Itaqui, os terminais da Ponta da Espera e Cujupe⁴³.

⁴³ Conforme a seção de Comércio Exterior, houve expansão das exportações maranhenses no primeiro semestre de 2020.

Gráfico 14 - Destinação de investimentos públicos estaduais em andamento por categoria, atualizados até junho de 2020 (%)



Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

Ainda em Infraestrutura, o Programa Mais Asfalto - Rodovias, que visa a construção e recuperação de rodovias estaduais para garantir novos acessos e ligações entre cidades, atingiu/recuperou 783,1 Km de rodovias, abrangendo cerca de 17 municípios. Destacam-se também: as obras de implantação, ampliação e/ou melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário pelo Programa Mais Saneamento, em que foram destinados R\$ 365,4 milhões em obras de implantação de sistemas de esgotamento sanitário e implantação de Kits Sanitários (R\$ 421 mil); e o Programa Água Para Todos, que ampliou os serviços de saneamento básico com a implantação e/ou melhoria dos sistemas de Abastecimento de Água, englobando R\$ 165,9 milhões investidos, construção de 38 poços e beneficiando 97.412 pessoas, em 23 municípios.

O reflexo desses investimentos em infraestrutura pode ser notado no aumento do saldo de contratações no setor da Construção⁴⁴, principalmente nos segmentos de obras de construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas.

Quanto à questão do Saneamento Básico, apesar dos avanços, o setor/categoria ainda enfrenta grandes desafios, principalmente com relação à garantia do acesso aos serviços de forma universal e integral a toda população. Portanto, visando suprir essas deficiências, foi sancionado em julho de 2020 o novo marco legal do saneamento básico (Lei 14.026/2020), que busca expandir o acesso aos serviços de tratamento de água e esgoto a milhões de brasileiros por meio da atração de capital privado. Segundo o Ministério da Economia, o novo modelo atrairá um montante estimado de R\$ 700 bilhões em investimentos para o setor e a geração de cerca de 700 mil empregos nos próximos 14 anos.

No Maranhão, estão sendo executados investimentos de R\$ 144,12 milhões em recursos federais, em 21 obras em andamento. Esses investimentos estão sendo destinados principalmente ao setor de infraestrutura, inclusive às obras de projetos de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário em municípios como Balsas (R\$ 94,54 milhões), Governador Luiz Rocha (R\$ 300 mil) e Colinas (R\$ 737,2 mil).

Em relação às rodovias federais, destacam-se as obras de duplicação da BR-135/MA, que foram autorizadas a continuar pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2020. Na

⁴⁴ Considera a variação absoluta no segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre, segundo dados do Novo CAGED.

primeira fase dessa retomada, será duplicado um subtrecho de 18 Km entre os municípios de Bacabeira (MA) e Santa Rita (MA).

Na Educação, dentre os investimentos estaduais, destacam-se as obras de construção e manutenção nos institutos estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA's), melhoria da rede física de educação do estado, programa de auxílios destinado ao fomento e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação (FAPEMA), e o Programa Mais Cultura e Turismo com atividades voltadas à promoção do turismo e cultura.

3.4 Finanças Públicas

Receita do estado apresenta queda de 4,2% no ano, impactada pela crise do novo coronavírus

A Receita Total do estado do Maranhão totalizou R\$ 10,4 bilhões no acumulado dos seis primeiros meses do ano, de acordo com os dados da SEPLAN/MA. Comparado ao mesmo período do ano passado, a Receita Total recuou 1,2%. As Receitas Correntes registraram queda de 1,1%, apesar do aumento das Transferências da União em 5,3% (para R\$ 4,9 bilhões - 47% da Receita Total), no contexto da crise do novo coronavírus. As receitas provenientes de impostos, que estão no grupo das receitas correntes, apresentaram diminuição de 4,5% no período, totalizando R\$ 4,2 bilhões, cerca de 41% da Receita Total.

Tabela 19 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020*

Descrição	2019	2020	Cresc. (%)
Receitas (Exceto Intraorçamentárias) (I)	10.207,6	10.087,3	-1,2
Receitas Correntes	10.097,7	9.989,8	-1,1
Receitas de Capital	109,9	97,5	-11,3
Receitas (Intraorçamentárias) (II)	638,4	298,3	-53,3
Total (I + II)	10.846,0	10.385,6	-4,2

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Quanto às Receitas Tributárias, observou-se que os tributos estaduais apresentaram uma diminuição de 17,4% no mês de junho, quando comparado ao mesmo mês do ano passado, devido, principalmente, ao recuo de 25,4% na arrecadação de ICMS, equivalente a R\$ 143 milhões. Esse resultado reflete os efeitos da pandemia sobre esse imposto, uma vez que a paralisação das atividades restringe o consumo, assim como uma menor importação de combustíveis (-3,5% em quantidade e -41,6% em valor no acumulado do ano), variáveis sobre as quais incidem o ICMS. Ressalta-se que esse tributo corresponde a mais de 70% da arrecadação total do estado.

Tabela 20 - Maranhão: Arrecadação de tributos estaduais em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020*, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), crescimento (%) e variação absoluta

Descrição	Junho				Acumulado (janeiro - junho)			
	2019	2020	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
ICMS ¹	563,79	420,38	-25,4	-143	3.251,61	3.050,02	-6,2	-202
ITCD	1,40	1,32	-5,9	0	8,57	7,56	-11,8	-1
FUMACOP	36,72	57,57	56,8	21	224,71	318,07	41,5	93
IPVA	40,76	46,84	14,9	6	249,44	276,16	10,7	27
Demais ²	78,58	69,75	-11,2	-9	480,89	427,98	-11,0	-53
Total	721,24	595,86	-17,4	-125	4.215,22	4.079,78	-3,2	-135

Fonte: SEFAZ (ORACLE) ¹Refere-se aos contribuintes inscritos e não inscritos, mas que realizam a arrecadação de ICMS. ²Taxas cobradas por todas as Secretarias (Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.); multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.); e contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros) *Dados coletados em 21/07/2020

No acumulado do ano, registrou-se perda de R\$ 135 milhões na arrecadação de tributos de janeiro até junho de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. O ICMS lidera a perda de receita, com recuo de 6,2% no ano (-R\$ 202 milhões).

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que, no acumulado de janeiro a junho, considerando o comparativo interanual, alguns setores foram mais afetados pela crise. No setor terciário, o Comércio Varejista foi o mais afetado, registrando perda de R\$ 53,8 milhões, de janeiro até junho de 2020. Por outro lado, há uma perspectiva de melhora no desempenho desse segmento, haja vista que o consumo do varejo tem respondido às medidas que incorrem em estímulo para a garantia de renda das famílias mais afetadas⁴⁵. Vale destacar que, no ano passado, a SEFAZ passou a intensificar o monitoramento dos contribuintes com maiores capacidades contributivas do estado, conforme destacado no Boletim de Conjuntura Econômica do 1º trimestre de 2020⁴⁶. Esse movimento foi importante para o aumento na arrecadação em 2019 e no início de 2020.

Tabela 21 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica, em junho de 2019 e 2020, e no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020), crescimento (%) e Variação Absoluta

Setor	Grupo Atividade	Junho				Acumulado (Jan. - Jun.)			
		2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.
PRIMÁRIO	Agricultura	2,4	1,1	-51,7	-1,2	7,4	6,1	-18,2	-1,4
	Pecuária	2,2	3,0	34,6	0,8	16,0	17,5	9,9	1,6
	Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	-52,1	0,0	0,4	0,2	-44,4	-0,2
	Produção Florestal	0,1	0,2	76,3	0,1	1,1	1,3	12,2	0,1
	Subtotal	4,7	4,3	-8,6	-0,4	24,9	25,1	0,7	0,2
SECUNDÁRIO	Combustível ¹	204,4	68,6	-66,4	-135,8	1.090,2	899,1	-17,5	-191,1
	Energia Elétrica	1,4	1,7	26,4	0,4	6,1	18,8	209,5	12,7
	Ind. de Transf.	97,1	77,1	-20,6	-20,0	550,0	527,6	-4,1	-22,5
	Ind. Extrativista	2,1	1,8	-10,9	-0,2	16,4	13,0	-20,5	-3,4
	Ind. Outras	0,3	0,2	-32,8	-0,1	1,0	1,0	2,9	0,0
	Subtotal	305,2	149,5	-51,0	-155,8	1.663,7	1.459,5	-12,3	-204,2
TERCIÁRIO	Combustível ²	21,5	25,3	17,7	3,8	129,7	231,2	78,3	101,5
	Com. Atacadista	99,0	108,4	9,6	9,5	553,6	585,6	5,8	32,0
	Com. Varejista	86,1	73,4	-14,7	-12,7	540,4	486,6	-10,0	-53,8
	Energia Elétrica	76,0	55,0	-27,7	-21,0	443,6	401,0	-9,6	-42,6
	Outros Serviços	6,5	7,5	15,9	1,0	44,4	50,3	13,4	5,9
	Serv. de Comunicação	38,5	31,2	-19,0	-7,3	198,0	195,0	-1,5	-3,0
	Serv. de Transp.	18,3	55,0	199,9	36,7	105,6	146,2	38,5	40,6
	Subtotal	345,9	355,8	2,9	10,0	2.015,3	2.096,0	4,0	80,7

Fonte: ORACLE (SEFAZ) *Dados coletados em 21/07/2020. ¹Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. ²Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e à distribuição de combustíveis.

Ademais, outras medidas com impacto fiscal do Governo do Estado, adotadas para minimizar os efeitos econômicos da crise da Covid-19, foram: adiamento do pagamento das parcelas do Simples para micro e pequenas empresas; adiamento no calendário de pagamento do IPVA; isenções tributárias do ICMS nos produtos relativos ao combate à pandemia; desoneração do ICMS sobre contas de energia elétrica; e prorrogação da validade das certidões negativas de débitos para aliviar as dificuldades econômicas das empresas.

⁴⁵ Para mais informações, acessar a seção de Comércio Varejista.

⁴⁶ Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/view/boletim-conjuntura/343>>.

Transferências Constitucionais registram recuo de 4% nos seis primeiros meses do ano

As Transferências Constitucionais para o Maranhão totalizaram R\$ 520 milhões em junho de 2020, cerca de R\$ 32,2 milhões a menos que em junho de 2019. Os repasses por meio do Fundo de Participação dos Estados - FPE (-R\$ 91,1 milhões) foram os mais impactados pela crise, uma vez que no cálculo dessa transferência estão considerados o Imposto de Renda e o IPI, que, como verificado na seção nacional, tiveram queda na arrecadação. No acumulado do ano, as perdas do FPE já somam R\$ 199,4 milhões até junho.

Os municípios maranhenses também sofreram perdas nas transferências, principalmente por meio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, tanto no mês de junho (-R\$ 55,8 milhões) quanto no acumulado do ano (-R\$ 126,3 milhões).

Tabela 22 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em junho de 2019 e 2020, no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões correntes, crescimento (%) e Variação Absoluta

Descrição	Junho				Acumulado (janeiro - junho)			
	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.	2019	2020	Cresc. (%)	Var. Abs.
Estado	557,0	520,8	-6,5	-36,2	3.857,4	3.702,0	-4,0	-155,4
FPE	438,0	346,9	-20,8	-91,1	2.995,7	2.796,2	-6,7	-199,4
FUNDEB	111,3	96,9	-13,0	-14,5	802,8	762,4	-5,0	-40,4
Demais ¹	7,7	77,1	894,8	69,3	58,9	143,3	143,2	84,4
Municípios	708,0	659,9	-6,8	-48,2	5.088,7	5.037,3	-1,0	-51,4
FPM	267,1	211,2	-20,9	-55,8	1.832,0	1.705,7	-6,9	-126,3
FUNDEB	431,4	403,3	-6,5	-28,1	3.100,0	3.142,8	1,4	42,8
Demais ²	9,5	45,3	375,2	35,8	156,7	188,8	20,5	32,1

Fonte: STN ¹Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties. ²Fazem parte dessa categoria todas as transferências citadas anteriormente, substituindo-se o IPI-exp pelo ITR

Vale ressaltar que o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) 938/2020⁴⁷ prevendo apoio financeiro aos estados e municípios por meio do repasse do montante correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados pelos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), de março a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019. Entretanto, os estados já oficializaram pedido para o Congresso prorrogar as compensações previstas na MP⁴⁸.

Gastos com Saúde aumentaram R\$ 137 milhões no primeiro semestre de 2020

No primeiro semestre de 2020, as despesas do estado corresponderam a R\$ 7,6 bilhões, 11% a menos que no mesmo período do ano passado. Desse montante, R\$ 6,9 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$ 680,7 milhões para as Despesas de Capital.

⁴⁷Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141397>>.

⁴⁸Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/17/estados-oficializam-pedido-para-congresso-prorrogar-compensacoes-ao-fpe-e-fpm.htm>>.

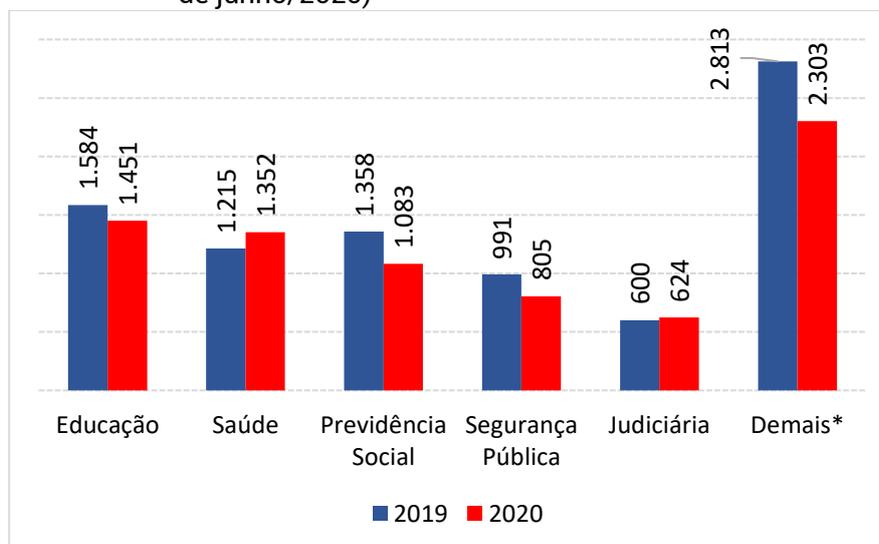
Tabela 23 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020)

Descrição	2019	2020	Cresc. (%)
Despesas Correntes	7.496,3	6.937,4	-7,5
Pessoal e Encargos Sociais	4.866,1	4.352,8	-10,5
Juros e Encargos da Dívida	212,0	109,0	-48,6
Outras Despesas Correntes	2.418,2	2.475,6	2,4
Despesas de Capital	1.064,1	680,7	-36,0
Investimentos	496,2	423,1	-14,7
Inversões Financeiras	105,7	10,7	-89,9
Amortização da Dívida	462,2	246,8	-46,6
Total (I + II)	8.560,4	7.618,1	-11,0

Fonte: SEPLAN *Dados passíveis de alteração

Quanto aos gastos por função, a área da Saúde apresentou o maior crescimento absoluto dentre todas as funções, somando R\$ 137 milhões (+11,3%), e ultrapassando os gastos com Previdência Social, que ocupavam a segunda colocação no mesmo período do ano passado. Esse aumento é decorrente da maior mobilização de recurso, necessários para preservar o maior número de vidas durante os meses de pandemia, com ampliação do número de leitos clínicos e de UTI do estado, além de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para os profissionais de saúde e compra de respiradores para atender à população.

Gráfico 15 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a junho de 2019 e 2020**, em R\$ milhões constantes (IPCA de junho/2020)



Fonte: SEPLAN *Fazem parte dessa rubrica, as seguintes funções: Cultura; Ciência e Tecnologia; Gestão Ambiental; Indústria; Desporto e Lazer; Comércio e Serviços; Trabalho; Habitação; Organização Agrária; Encargos Especiais; Administração; Essencial à Justiça; Legislativa; Direitos da Cidadania; Transporte; Assistência Social; Urbanismo; e Agricultura e Saneamento.
**Dados passíveis de alteração

3.5 Mercado de Trabalho

3.5.1 Ocupação

A taxa de desocupação no estado alcança 14,1% em junho de 2020

A PNAD Covid-19, elaborada pelo IBGE, estimou que a população apta para trabalhar no Maranhão (residentes com 14 anos ou mais de idade) era de 5,395 milhões em junho de 2020. A população na força de trabalho (pessoas trabalhando ou procurando trabalho), por sua vez, foi

estimada em 2,355 milhões, dos quais, cerca de 2,023 milhões estavam ocupados e 332 mil desocupados. Assim, a taxa de desocupação chegou a 14,1%, ante uma taxa de 10,7% registrada no mês anterior.

Devido à retomada gradual das atividades econômicas⁴⁹, a população que estava fora da força de trabalho em junho de 2020 (3,040 milhões de pessoas) no Maranhão recuou 1,2% em relação a maio. Quanto aos que permaneceram em junho fora da força de trabalho, mas gostariam de trabalhar (1,478 milhão), 35,4% alegaram que não procuraram trabalho, principalmente, em razão da pandemia ou por entender que falta oferta de trabalho na localidade.

Em se tratando das 2,023 milhões de pessoas que estavam ocupadas no estado em junho de 2020, cerca de 445 mil estavam afastados do trabalho, devido ao distanciamento social. Essa é uma quantidade inferior à observada em maio (627 mil).

A PNAD Covid-19 constatou ainda que, no estado, 28,4% da população ocupada e não afastada (430 mil pessoas) trabalharam menos do que sua jornada habitual. No Nordeste, o Maranhão foi o menos impactado em termos de redução da jornada habitual.

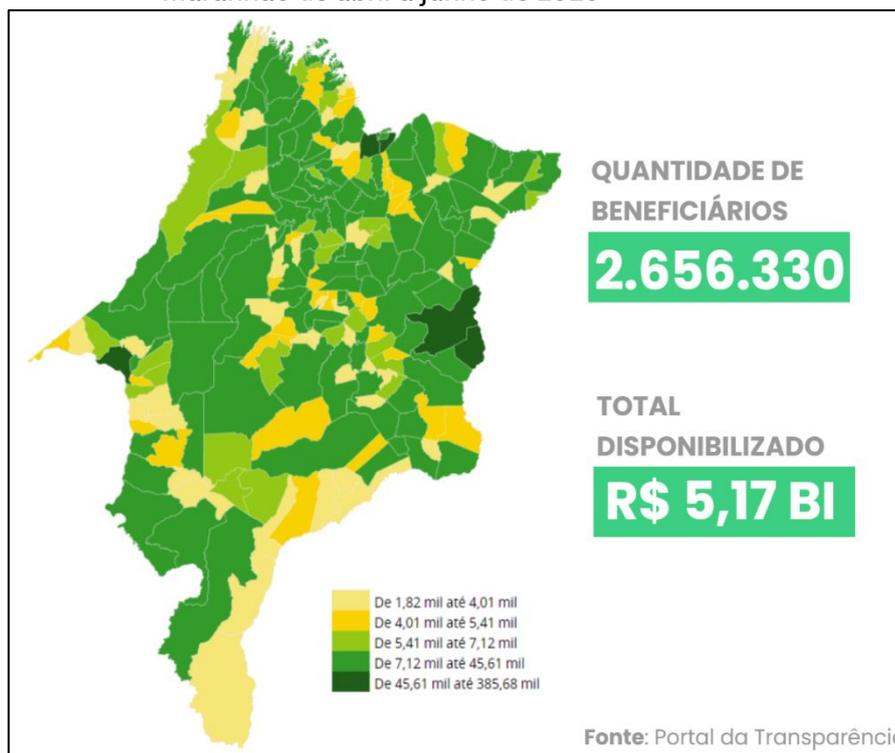
Efeito similar foi observado no rendimento efetivo dos trabalhadores (R\$ 1.203), o qual ficou abaixo do rendimento habitual (R\$ 1.440). Cerca de 36,7% das pessoas tiveram rendimento efetivo menor que o normalmente recebido. Por outro lado, cerca de 4% de pessoas ocupadas tiveram, em junho, rendimento efetivo superior ao normalmente recebido, a maior alta dentre os estados do Nordeste. Houve alta de algumas atividades ou modalidades de negócios durante a pandemia, como: Compras *on-line*, Setor farmacêutico, *Delivery*, Supermercados, informática, construção etc.

Considerando o comparativo da massa de rendimentos efetivos de junho em relação a maio no Maranhão, houve crescimento de 1,6%, seguindo o mesmo comportamento de alta verificado no Nordeste (3,2%).

Em junho, 66,5% dos domicílios do estado receberam auxílio emergencial. Em maio havia sido 61,7%. Em relação ao rendimento real domiciliar *per capita* efetivamente recebido em junho (R\$ 731), foi observado um aumento de 3,1% em relação a maio. Dados divulgados no Portal da Transparência, até julho de 2020, apontam que o número de pessoas aprovadas no Maranhão para receber parcelas do auxílio foi de 2,7 milhões.

⁴⁹ Decreto n° 35.831, de 20 de maio de 2020. Disponível em:
<<https://www.corona.ma.gov.br/public/uploads/arquivos/atos/35-5ec5ab811724b.pdf>>.

Figura 2 - Quantidade de beneficiários do auxílio emergencial no Maranhão de abril a junho de 2020



3.5.2 Emprego formal

O Maranhão registra a maior geração de emprego em junho e a menor perda de postos de trabalho no primeiro semestre, dentre os estados do Nordeste

No Maranhão, no mês de junho, ocorreu um saldo positivo de 3.907 vínculos formais de emprego celetista. Trata-se do quarto melhor saldo do Brasil e o maior resultado do Nordeste nesse período.

Com o resultado de junho de 2020, a quantidade total de vínculos celetistas ativos passou de 474.273 vínculos em maio para 478.180 vínculos em junho, variação de +0,82% no estoque de empregos formais.

Tabela 24 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas, saldo mensal e acumulado* de 2020

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Junho 2020	Acumulado no Ano
Total	3.907	-2.212
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	410	515
Indústria geral	204	-330
Indústrias Extrativas	19	-41
Indústrias de Transformação	183	-377
Eletricidade e Gás	-4	27
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	6	61
Construção	1.765	-1.641
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	691	-3.488
Serviços	837	2.732
Transporte, armazenagem e correio	62	-1.006

Alojamento e alimentação	-159	-1.608
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-24	329
Informação e Comunicação	68	37
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-4	-108
Atividades Imobiliárias	17	22
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-126	-237
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	21	615
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	852	4.672
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-19	-133
Educação	-183	190
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.054	4.615
Serviços domésticos	1	5
Outros serviços	105	340
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-16	-57
Outras Atividades de Serviços	121	397
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0

Fonte: CAGED e Novo CAGED - SEPRT/ME

*janeiro a junho de 2020

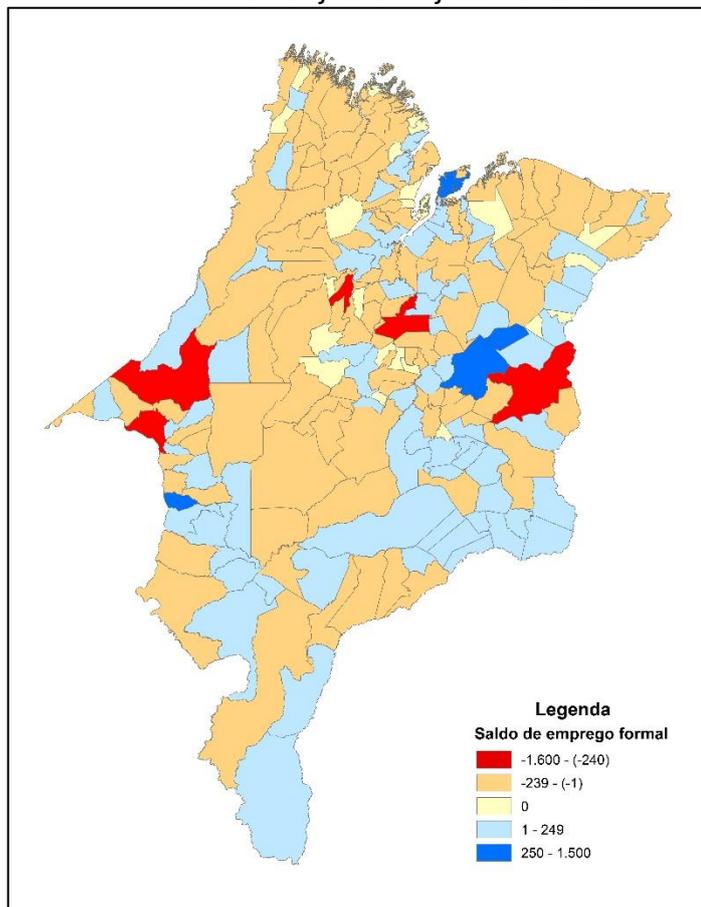
O desempenho positivo do emprego formal no mercado de trabalho do Maranhão, no mês de junho, foi capitaneado principalmente pela "Construção Civil" (+1,8 mil vínculos) e pelos Serviços (+837 vínculos). Os grupamentos de "Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas" (+691 vínculos), "Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura" (+410 vínculos) e "Indústria Geral" (+204 vínculos) também contribuíram para o resultado.

No que se refere ao resultado do primeiro semestre de 2020, foram registradas 2,2 mil demissões líquidas, a menor perda de postos de trabalho (-0,46%) dentre os estados da região Nordeste. Apesar da crise sanitária da Covid-19, que impôs restrições às atividades econômicas a partir de março, o setor de Serviços apresentou geração de 2,7 mil empregos nos primeiros seis meses do ano.

São Luís foi a capital brasileira que registrou o maior saldo de empregos no primeiro semestre de 2020

Quanto aos empregos gerados no território maranhense, 73 municípios apresentaram saldo positivo de empregos no acumulado de 2020. Os melhores resultados foram apresentados pelas seguintes cidades: São Luís (+1,4 mil vínculos), em especial em "Atividades de Apoio à Gestão de Saúde" (+4,2 mil vínculos); Campestre do Maranhão (+646 vínculos), alocados mais acentuadamente na atividade de "Cultivo de Cana de Açúcar" (+489); Codó (+443 vínculos); São José de Ribamar (+254 vínculos); e Porto Franco (+124 vínculos). Quanto aos 121 municípios que registraram perda de vagas, as mais expressivas foram em: Imperatriz (-1,6 mil vínculos), em sua maioria no segmento de "Alimentação" (-555); Açailândia (-1,1 mil vínculos), sobretudo nas atividades relacionadas à "Organização do Transporte de Carga" (-387); Santa Inês (-288 vínculos); Bacabal (-281 vínculos); e Caxias (-242 vínculos).

Figura 3 - Mapa dos Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município no acumulado de janeiro a junho de 2020



Fonte: CAGED e Novo CAGED – SEPRT/ME

Em suma, verificou-se no final do segundo trimestre do ano uma tendência de retomada gradual do emprego formal no Maranhão. No mês de junho, ocorreu geração de 3.907 vínculos formais de emprego celetista, disseminado em todos os cinco grupamentos de atividades. Trata-se do quarto melhor saldo do Brasil e o maior resultado do Nordeste nesse período.

No que se refere aos meses anteriores, o mercado de trabalho formal do estado apresentou queda do emprego celetista nos meses de março, abril e maio de 2020, período particularmente afetado pelas práticas de distanciamento social, em razão da crise sanitária da Covid-19.

Destaca-se, que, até o primeiro bimestre deste ano, o comportamento do mercado de trabalho formal do Maranhão vinha atingindo um desempenho melhor do que o observado no ano passado. Contudo, esse quadro alterou-se drasticamente com a crise sanitária iniciada em março deste ano, culminando em 2,2 mil demissões líquidas, no primeiro semestre de 2020.